

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 59  
DEZ 2011/JAN 2012



**Qual o seu desejo  
de transformação?**

# O SANTANDER VAI ALÉM DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO, PARA SUA CASA NOVA IR ALÉM DAS SUAS EXPECTATIVAS.

## CHEGARAM OS SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS SANTANDER VAN GOGH.

Mais que um crédito imobiliário, uma solução completa para quem está pensando em comprar uma casa. São serviços exclusivos que dão mais tranquilidade e segurança antes, durante e depois da compra. Tudo para você conquistar até mais do que imaginava.

Abra sua conta ou procure seu gerente. [www.santander.com.br/servicosimobiliarios](http://www.santander.com.br/servicosimobiliarios)

Maximilian F. Wienand, Cliente Van Gogh, encontrando o apartamento que vai comprar usando nossos serviços imobiliários.

Santander Parcela Protegida: um seguro que garante o pagamento de até 8 parcelas do financiamento imobiliário, em caso de perda de renda (limitado ao valor de R\$ 3.000,00 por parcela).

Condições diferenciadas em investimentos, para você planejar e organizar todos os seus projetos.

Pagamento das parcelas do imóvel na planta com cartão de crédito Santander, para você acumular pontos e trocar por produtos, milhas ou prêmios.

Orientação e suporte em todas as fases do financiamento imobiliário.

Conheça também o portal WebCasas: [www.webcasas.com.br](http://www.webcasas.com.br)

Para conhecer o guia Sua Casa Passo a Passo, faça o download do leitor no [phdmobi.com](http://phdmobi.com) pelo celular e use-o para acessar este código.



 Santander

VAN GOGH

Valorizando ideias por uma vida melhor.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535 | SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

Oferta sujeita a análise de crédito e às demais condições dos produtos e serviços vigentes à época da contratação. (1) O seguro é garantido por Zurich Miras Brasil Seguros S.A. - CNPJ 17.101.385/0001-21 e Prêmio Sane 15414.004937/2006-77, e sua aceitação estará sujeita à análise do risco. O registro deste plano na Suseq não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Para mais informações, acesse [www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)

## De virada

Somente os seres perfeitos não almejam nada, pois já atingiram a plenitude. Seriam os deuses, dizia Platão. Desejar aquilo que falta é o que faz de nós tão humanos, entes finitos e imperfeitos, em busca de evolução.

Ou de transformação. Nesses tempos recentes, em que os desejos aparecem difusos e as causas pouco específicas nos movimentos que tomam praças e ruas em tantos cantos do espaço físico e cibernético, o fio condutor é o da alta-tensão, do sentimento indignado com diversos rumos que a sociedade tomou.

As bandeiras são variadas, mas muitas delas têm um só pano de fundo – o desejo de um mundo mais equitativo, justo e equilibrado. Nesta edição, vasculhamos o que se agita pelo “campo”, o que move as pessoas, o que não quer calar.

Tanto material não caberia em 48 páginas editoriais, então escolhemos alguns desejos emblemáticos que perpassam a economia, a política, a igualdade de oportunidades, o meio ambiente, o urbanismo e, na base de tudo, a educação.

Nesta edição dupla de dezembro e janeiro, a virada não é apenas de ano. As transformações já estão acontecendo, ainda que invisíveis ou por demais conturbadas.

Nosso desejo, como publicação que também ajuda a empunhar bandeiras, é de que exercitemos cada vez mais nossa humanidade, ou seja, sejamos capazes de nos indignar e sonhar com o que falta. Sem essa tensão pulsante, o que mais poderia nos fazer levantar da cama todos os dias para buscar um mundo melhor?

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini  
EDITORA Amália Safatle  
SUBEDITORA Carolina Derivi  
REPÓRTER Thaís Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial  
Dora Dias (edição), Luis Mourão (design)  
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz  
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins  
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz

REVISOR José Genuíno Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

#### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Ana Cristina d'Angelo, Andrea Vialli, Bruna Borges, Daniela Gomes Pinto, Eduardo Geraque, Eduardo Shor, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini, Ignacy Sachs, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos de Economia Verde), Juliana Arini, Juliana Tavares, Maria Lutterbach

ENSAIO FOTOGRÁFICO Lucas Cruz

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)

#### ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE  
Jorge Saad  
(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

#### REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br  
www.fgv.br/ces/pagina22

#### CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

#### IMPRESSÃO

Vox Editora Ltda.  
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição  
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons  
PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



20

- 14 ENTREVISTA Peter Victor e o modelo de economia *steady-state* desenhado para o Canadá
- 20 ECONOMIA Apesar do desejo de mudança abrupta, o gradualismo parece ser o melhor caminho
- 24 RETRATO Um ensaio sobre aquilo que dá vazão e abre caminho para fluir o novo: o ralo
- 28 IGUALDADE Por que uma sociedade menos assimétrica é fator essencial da equação global
- 34 POLÍTICA O que pensam especialistas e os movimentos em busca de novos formatos
- 38 EDUCAÇÃO O mundo interdependente pede cidadãos críticos e de pensamento interconectado
- 42 CIDADES Um sonho no Brasil: dinamismo cultural e vida de qualidade no mesmo lugar
- 46 TENDÊNCIAS Ter tempo livre transformou-se em um dos novos luxos

## Seções

PÁGINA 22	06 Notas
	08 Web
	09 Página Cultural
	10 Economia Verde
	32 Análise
	33 Estalo
	49 Coluna
	50 Última
Qual o seu desejo de transformação?	CAPA Arte: Luis Mourão

## Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

### INBOX

**[Coluna "Olha o drible" – edição 58]** *Ler este artigo me fez flunar por aqui... Estou no ar, suspenso, leve... Muito bom! Profundo! Tocante.* Leeward Wang

**[Post "A rede do poder corporativo mundial" – Blog da Redação]** *Parabéns, Ladislau, gostei... Muito interessante... Comentei ao compartilhar no FB que teorias conspiratórias não ajudam nada nem ninguém, a não ser aqueles que delas vivem.* Marcos André Schwarzstein

**[Post "O jeito mais sustentável de secar as mãos" – Blog De Lá Pra Cá]** *É praticamente impossível confiar em qualquer estudo nos dias atuais, e nisso você tem toda razão, mas acho que a solução ideal é levar consigo um lenço (para os homens) ou uma pequena toalha na bolsa (para as mulheres).* Rafael José Polidoro

**[Entrevista "O campo revelado" – edição 58]** *Excelente a clareza da visão deste homem.* Palmas! Gilvan Tessari

**[Facebook]** *Acompanho as publicações mensais e gostaria de ver uma matéria sobre as acampadas em todo o Brasil – 15º no Vale do Anhangabaú (Acampa Sampa).* Maria Marinheira Amaral

**OUTBOX** *Olá, Maria! A repórter Thaís Herrero acompanhou o último dia do movimento Acampa Sampa no Vale do Anhangabaú. O resultado você confere no Blog da Redação, em nossa página na internet.*

### LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Thaís Herrero, repórter  
Esta edição tem um gosto especial para a Thaís, que, agora, pode dizer: “Enfim, jornalista formada”. Ela finalizou a graduação e seu projeto de site sobre arte de rua, em que uniu as duas pontas que permeiam sua vida: a arte e a melhora do ambiente em que vivemos. Desde o primeiro ano do curso, em 2006, já sabia que seguiria os rumos do jornalismo voltado para a sustentabilidade e, de preferência, em um veículo impresso. Ter zarpado, então, a bordo de PÁGINA22 deu uma sensação de missão cumprida, mas que está só começando.



[OBAMA I]

## Uma no cravo...

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, tem efetuado movimentos contraditórios em temas que opõem visceralmente ambientalistas à comunidade de negócios, sobretudo setores vinculados ao petróleo e ao carvão. Temeroso de perder votos em uma das mais fiéis – e insatisfeitas – bases de apoio do Partido Democrata, Obama negociou com o Departamento de Estado novos estudos sobre a rota do oloduto Keystone XL. A revisão foi anunciada no início de novembro e terá como finalidade indicar trajetos com menor impacto socioambiental do que a opção inicial de um caminho mais curto e econômico. O projeto de US\$ 7 bilhões da empresa TransCanada levará petróleo extraído das areias betuminosas da província de Alberta, no oeste canadense, até as refinarias do Texas.

[OBAMA II]

## ...OUTRA NA FERRADURA

No lado indigesto da equação, Obama cede a pressões do lobby dos fósseis com o olho na feroz batalha que enfrentará em 2012 por sua reeleição. É o que comprovam duas decisões tomadas ao longo do ano. A mais recente foi o anúncio, no início de novembro, da proposta de exploração de petróleo e gás em áreas de alto-mar nas costas do Ártico e do Golfo do México para o período 2012-2017.

A decisão que está gerando mais desgaste nas relações com o movimento ambientalista é o congelamento até 2013 do plano da Agência de Proteção Ambiental (EPA) para tornar mais estritos os padrões de ozônio na baixa atmosfera, principal responsável pela formação do perigoso smog nas grandes cidades. No início de setembro, Obama desautorizou publicamente



A rota de 2.700 quilômetros atravessa regiões ecologicamente sensíveis do Nebraska, que possui uma importante reserva subterrânea de água, dunas e pradarias, sob risco de serem contaminadas caso vazem petróleo. Obama definiu-se pela revisão da rota após vários dias de protestos promovidos contra o projeto nas proximidades da Casa Branca, em Washington D.C.. Outra queixa dos ambientalistas é a de que o petróleo das areias betuminosas, a mais nova fronteira na exploração do recurso, contém mais carbono do que o extraído de regiões petrolíferas tradicionais. Devido à decisão do governo, é improvável que a TransCanada, empresa responsável pelo projeto, comece a construção do oleoduto até 2013. A empresa inclusive já admite que poderá cancelar Keystone XL por causa do atraso. **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

a combativa diretora da Agência de Proteção Ambiental (EPA), Lisa Jackson, que ele mesmo nomeou para o cargo em 2009.

O pito na principal executiva da EPA foi visto como capitulação ao intenso lobby da indústria do carvão – que propagou à opinião pública americana perdas de milhões de dólares e milhares de empregos se a proposta da agência fosse levada a cabo. Em editorial publicado em 17 de novembro sobre a medida, o jornal *The New York Times*, também costureiro aliado dos democratas, enunciou que “Obama deveria deixar a ciência e a saúde pública, e não seus prospectos eleitorais, serem seu guia”. **(JAGP)**

[CLIMA I]

## ESGOTO PARA BEBER

A seca prolongada no Texas e as inundações no Sudeste Asiático só reforçam o coro dos que associam a mudança climática à maior frequência de eventos extremos, com nefastos efeitos à economia. A estiagem é a mais aguda já registrada na história do Estado americano e afeta severamente sua pecuária e agricultura (o Texas responde por metade da produção de algodão dos EUA). Economistas estimam que os prejuízos no setor agrícola já somam US\$ 5,2 bilhões. Milhares de cabeças de gado foram vendidas porque os pecuaristas não têm como saciar a sede dos

animais, provocando alta nos preços da carne bovina. Até esgoto está sendo reciclado para abastecer algumas cidades com água potável.

Para atenuar o drama e prevenir um colapso no fornecimento de água a um Estado cuja população deve dobrar em 50 anos, o Texas precisa de US\$ 52 bilhões. O dinheiro será aplicado em 562 novos projetos de conservação hídrica, medidas antierosão do solo e novos reservatórios. Em 8 de novembro, os texanos aprovaram por margem estreita uma autorização para que o órgão estadual responsável pela gestão hídrica arrecade até US\$ 6 bilhões com a venda de bônus extra, valor bem longínquo do necessário. **(JAGP)**

[CLIMA II]

## ECONOMIA DEBAIXO D'ÁGUA

Causadas por fortes chuvas no fim das sazonais monções e pela urbanização acelerada das planícies, as inundações na Tailândia em outubro e novembro foram as piores em cinco décadas. Castigaram os arrozais – o país é o maior exportador mundial de arroz – e mais de mil fábricas de componentes de informática e partes de automóveis na região central do país.

Como solução encontrada pela indústria japonesa para a perda de competitividade com o iene valorizado nos anos 1980 e 1990, a Tailândia virou uma plataforma fundamental na

**[ERRATA]** Houve duas informações equivocadas na reportagem “Limpeza nas tintas” (edição 54). O projeto de autorregulamentação de compostos orgânicos voláteis (VOCs) em tintas produzidas no Brasil apenas será iniciado em 2012, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati). Em comunicado enviado a PÁGINA 22 em junho, a Abrafati informou erroneamente que o projeto começara em 2008. Quanto ao selo Sustentax, é verdade que 14 tintas Suviniil obtiveram a certificação em 2008, conforme mostrou a reportagem. Contudo, a Basf, que detém a marca Suviniil, omitiu que não solicitou renovação do selo, cuja validade expirou em agosto de 2010.

linha de montagem dos fabricantes nipônicos de motores. Tanto é que as inundações no país levaram a Toyota e a Honda a desacelerar a produção em suas fábricas espalhadas pelo mundo. Os efeitos das chuvas têm sido mais impiedosos por conta da localização das indústrias nas planícies inundáveis ao norte da capital Bangcoc. Ficou mais difícil absorver a água durante as monções. **(JAGP)**

[IMPRESA]

## MAIS AMBIENTE POLÍTICO, MENOS POLÍTICA AMBIENTAL

Foi desta forma que a Andi avaliou a cobertura jornalística da proposta de um novo Código Florestal entre 1º de abril e 15 de junho. A organização, especializada em análise e monitoramento de mídia, ponderou que, nas mais de 900 reportagens avaliadas, em 14 jornais diários de abrangência regional e nacional, prevaleceu o interesse pelos desdobramentos políticos, tais como as articulações do deputado Aldo Rebelo e a divisão da base aliada do governo federal na Câmara dos Deputados.

Esse foi o foco para 60% dos textos, segundo a Andi. Menos frequentes foram as reportagens que tinham como tema principal os aspectos técnicos e científicos das propostas apresentadas para a reforma do Código Florestal, mais atentas à política ambiental que ao ambiente político.

A entidade avalia como positivo o fato de que 52,4% dos textos apresentam mais de uma fonte e 45% contaram com opiniões divergentes. No entanto, os autores da análise criticam o que consideram “relativização” do conceito de sustentabilidade.

“Mesmo registrando que as principais opiniões técnicas posicionavam-se contra o Código, em vários momentos as redações deixaram de ressaltar a sustentabilidade como ‘interesse superior’ da política em debate e tampouco fizeram a defesa desse princípio.”

A crítica nos remete a questionar se a sustentabilidade não deveria se tornar um valor estruturante – e não relativizável – do jornalismo, tal como a democracia ou o trato decoroso com a coisa pública. A íntegra do relatório A Reforma do Código Florestal na Imprensa Brasileira está disponível em [andi.org.br](http://andi.org.br). **POR CAROLINA DERIVI**

[INDICADORES]

## ISE INCENTIVA TRANSPARÊNCIA

Pelo sétimo ano, a BM&FBOVESPA divulgou a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúne as 38 companhias listadas na Bolsa que se destacaram pelos seus compromissos e práticas alinhadas à sustentabilidade. Além da entrada do setor de transportes, com a inclusão da CCR e

da EcoRodovias, as principais novidades são a abertura, no site [isebvmf.com.br](http://isebvmf.com.br), de informações sobre a metodologia de avaliação e das respostas das empresas que autorizaram a divulgação (AES Tietê, Bicbanco, CCR, Coelce, Banco do Brasil, Eletropaulo, Energias do Brasil e Natura). Ganham pontos as empresas que optam por publicar as respostas.

A avaliação é feita a partir de um questionário composto de sete dimensões (Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-financeira, Ambiental, Social e Mudanças Climáticas), que, por sua vez, são subdivididas em critérios, como política, gestão e desempenho. Para as empresas, o peso de cada critério já era conhecido, mas agora o público em geral e os investidores também têm acesso a esses dados para compreender como cada um destes itens são considerados na avaliação de desempenho.

Segundo Roberta Simonetti, do Programa de Sustentabilidade Empresarial e Finanças Sustentáveis do GVCes – coordenadora executiva do ISE – essa abertura é parte de um processo em andamento, no sentido de aumentar continuamente a transparência e a compreensão sobre a metodologia de seleção da carteira, atendendo a um dos objetivos estratégicos do ISE estabelecidos em 2010. **POR THAÍS HERRERO**

## FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA 22

Para quem se deliciava com carne malpassada e comia um terço de copo de requeijão num só pão, virar vegano não seria fácil. Ainda assim, o biólogo **Guilherme Carvalho** mudou os comportamentos ao se envolver com direitos dos animais e se dar conta de questões para além do seu paladar.

Em 2009, o recifense é o representante ONG Humane Society International, que no Brasil defende o bem-estar do gado e de aves criadas pela indústria alimentícia. Guilherme foi convidado depois que a organização assistiu ao vídeo que produziu: *Atave – A avicultura escancarada* (disponível



Se você deseja participar desta seção, escreva para [leitor@pagina22.com.br](mailto:leitor@pagina22.com.br) e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Guilherme Carvalho, escreva para [gcarvalho4400@gmail.com](mailto:gcarvalho4400@gmail.com).

em [youtube.com/user/guiminha](http://youtube.com/user/guiminha)) no qual registrou as más condições em que são criadas e abatidas as galinhas em Pernambuco. A partir disso, já convenceu sete restaurantes – inclusive o do escritório do Google em Belo Horizonte – a só comprar ovos caipiras, produzidos por aves que não vivem engaioladas e em situação desumana.

Atualmente, ele recolhe assinaturas para criar uma lei que melhore as condições de vida dos animais criados para consumo (a versão on-line está em [hsi.org/portuguese](http://hsi.org/portuguese)).

Guilherme considera que mudar os métodos de produção nas granjas brasileiras é uma batalha difícil, assim como pregar o vegetarianismo. “Todo mundo é

a favor do bem-estar das araras e das baleias, mas, quando falo dos animais de produção, toco na questão da nossa alimentação e torna-se mais difícil sensibilizar”. Por isso, defende a redução do consumo. “O consumo de derivados de animais não precisa ser um ‘tudo ou nada’. Se nós reduzíssemos em 50%, seria como se metade das pessoas fosse vegetariana”, diz.

Conclui que, independentemente de ser a defesa do bem-estar humano, das florestas ou dos animais, “a palavra sustentabilidade poderia ser trocada por justiça, porque, no fundo, todos queremos uma sociedade mais ética”. **(TH)**

POR THAÍS HERRERO

## PRATA DA CASA

### E o Oscar vai para....

**S**e fim de ano é tempo de revisão, nada mais justo que uma publicação revisitar o trabalho produzido para se inspirar rumo à jornada de 12 meses que recomeça. Por isso, nós, de PÁGINA22, elegemos os conteúdos mais marcantes das edições de 2011. Entre as categorias estão melhor conteúdo internacional, ensaio fotográfico e reportagem de capa.



O prêmio de melhor edição foi dividido entre

os números 56, que comemorou o 5º aniversário da revista (“O futuro da geração presente”), e o 55, “Um novo olhar sobre velhos consensos”. Essa edição questionou ideias-prontas sobre a sustentabilidade com um tratamento provocativo, com o intuito de chacoalhar e contribuir na evolução de conceitos e práticas.

Com ampla repercussão entre leitores, a entrevista com o fundador da CVC Guilherme Paulus, na edição 53, destacou-se ao expor uma visão diferente da que estamos acostumados e inclinados a ouvir em PÁGINA22. O descompasso entre perguntas e respostas era tão grande que, em alguns momentos da entrevista, nossa editora Amália Safatle perguntava a si mesma por onde começar. “Mas o resultado jornalístico é mais rico quando se explora o contraditório”, diz ela.

Já uma das melhores capas foi a da edição “Rio+20: o caminho das pedras”, produzida especialmente para a revista pelo ilustrador Sergio Fabris. O desafio foi colocar em uma só imagem 20 anos de história de discussões sobre desenvolvimento sustentável. “O calçadão de Copacabana deu a pista: indica que há pedras no caminho, que sustentabilidade é processo, e não fim, e que a trajetória é feita de vaivéns, obstáculos e muito envolvimento”, afirma Amália. Confira no site da PÁGINA22 nosso ranking completo com comentários, depoimentos e histórias de bastidores.



## NATAL MAIS VERDE

O fim do ano chegou e, com ele, a temporada de ganância com presentes e embalagens em excesso e desnecessárias. Por isso, a ONG The Nature Conservancy lançou nos Estados Unidos, pelo segundo ano consecutivo, a campanha “Green Gift Monday”. O site [blog.nature.org/green-gift-monday](http://blog.nature.org/green-gift-monday) traz dicas de presentes e atitudes mais ecológicas para essas comemorações marcadas pelo consumismo. A seção DIY (Do-It-Yourself) dá a ideias de objetos fáceis de fazer com materiais reutilizados, como uma

guirlanda de gravatas e luminárias de latas de aço.

Para quem não sabe como presentear aquele familiar que já tem de tudo, o site oferece pacotes para se envolver em projetos em defesa dos animais, plantio de árvores ou limpeza de rios e praias. Mesmo que o site seja voltado para os internautas americanos, daqui do Brasil dá para se inspirar e aplicar as ideias para um Natal com menor pegada ambiental.



## PERGUNTE AQUI

Ficou mais fácil para os brasileiros acessarem informações de órgãos do governo com o lançamento do [Queremossaber.org.br](http://Queremossaber.org.br). No portal, desenvolvido pela comunidade Transparência Hacker, os internautas enviam uma solicitação de dados, qual órgão deseja consultar e os responsáveis pelo site encaminham tudo para o governo. Tanto as perguntas quanto as respostas (ou a ausência delas) ficam cadastradas e disponíveis para outros internautas.

O site foi criado para pôr em prática uma ação de cidadania, possível agora. Em novembro, foi aprovada a Lei de Acesso Público a Informação, que obriga o governo a liberar dados aos cidadãos sempre que for solicitado.

## VALE O CLICK OBSERVATÓRIO DE INVESTIMENTOS

Na Convenção do Clima da ONU deste ano, em Durban, na África do Sul, foi lançado um portal que deve dar mais transparência às ações em países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global. O site [unfccc.int/financeportal](http://unfccc.int/financeportal) disponibiliza dados de recursos investidos, principalmente originários das nações desenvolvidas, em programas que incentivam a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, como as energias limpas.

## MESA (ON-LINE) REDONDA

O blog [roundtable.com](http://roundtable.com) é um espaço de debate entre internautas com interesses em comum. Surgiu da demanda por discussões mais profundas de assuntos que, nas redes sociais, às vezes, limitam-se a um clique de “like” ou um compartilhamento. Cada tópico tem cinco pessoas responsáveis, mas não há moderação. Todo internauta pode participar ou apenas acompanhar os comentários. Já passaram pelas “rodas de conversa” o futuro dos blogs profissionais e empreendedorismo.

## MUSEU MARINHO

Mais de 11 mil fotos e 270 vídeos sobre espécies do fundo do mar estão no [cifonauta.cebimar.usp.br](http://cifonauta.cebimar.usp.br). O banco de dados foi criado pelos biólogos Álvaro Migotto e Bruno Vellutini, da Universidade de São Paulo, com o objetivo de divulgar o que antes ficava restrito à área acadêmica. Compartilhar e arquivar essas informações é importante, já que muitos organismos marinhos podem desaparecer com as mudanças climáticas resultantes do aumento da acidez dos oceanos.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

## Espaço é extensão da gente

**A** exposição *O Espaço Que Guardamos em Nós* é uma reflexão da nossa capacidade em produzir memórias e atribuir significados e poesia aos lugares que habitamos. Em cartaz no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, compõe-se de duas séries. *Aluga-se*, de Pedro David, com imagens de apartamentos desabitados, vazios, na iminência de que alguém restitua sentido àquele espaço. David retrata a ausência e o silêncio projetado na memória daqueles que habitam ou habitaram uma casa. Em *Morar*, do Coletivo Garapa, a investigação imagética é volumosa, híbrida em sua linguagem e antropológica em torno de questões sobre a existência e o desaparecimento de edifícios na paisagem urbana.

“A fotografia é irredutível quando nos amplia olhares e sentimentos, mas é ainda mais indefectível quando faz da nossa imaginação a porta para a compreensão de nós mesmos com nossos espaços”, comenta Georgja Quintas, no texto de apresentação da exposição.

## AS CANÇÕES DA SUA VIDA

Pedindo que as pessoas cantassem para uma câmera a canção de suas vidas, o documentarista Eduardo Coutinho constrói um filme sobre o amor. A relação das pessoas com o amor. As mulheres, sobremaneira, têm narrativas doídas de histórias amorosas, desilusões, mágoas, uma vida de memória que parece só existir na perspectiva do amor perdido. Exposição sem reservas.

Na sala do cinema, o magnetismo de Coutinho extraindo das pessoas o seu íntimo e o que nos confere de mais humano proporciona esse encontro do espectador com as histórias alheias, as suas próprias e os que se propuseram a passar pela experiência. Estes últimos parecem bastante aliviados/satisfeitos com a catarse diante daquele ouvido/câmera gigante e generoso desse artista que é Eduardo Coutinho. Emocionante.



## A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA

O longa Reidy, *A Construção da Utopia*, de Ana Maria Magalhães, aborda a trajetória do urbanista Affonso Eduardo Reidy, um dos pioneiros da arquitetura moderna, responsável pelo projeto e construção do Aterro ou Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro. Textos do próprio arquiteto nos contam suas alegrias, decepções e vitórias, além da iluminada contribuição para a capital carioca. Sua obra

é debatida em entrevistas, como a do urbanista Lucio Costa, para quem Reidy era o mais elegante e civilizado de sua geração. Ao construir a paisagem urbana do Rio, Reidy promove a sua transformação em cidade moderna. A atualidade de sua obra permite abordar, entre outros temas, o problema da habitação: favelas, *apartheid* urbano, mas também a função social da arquitetura e a utopia que guia arquitetos-artistas.



## Longe de onde

**O** segundo disco de Karina Buhr, *Longe de Onde*, confirma como a artista é craque em revirar palavras e expectativas de quem a ouve. A música de Karina tem o sim e o não, como diz Ronaldo Evangelista na apresentação do álbum. Karina faz cinco shows de lançamento em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Campinas neste fim de ano. Sua poesia passeia pelo amor, mas também pela morte; pela política, mas pelo banal do cotidiano. A sonoridade atravessa o punk e a baladinha; a surf music e o reggae. Vai te levando em surpresas e lirismo, dando um nó gostoso nas possibilidades, ideias, pensamentos, com assertivas absurdas e uma pá de sensações. Assim como em seu primeiro disco (*Eu Menti Pra Você*, janeiro de 2010), o novo foi produzido por Karina, ao lado de Bruno Buarque e Mau, que fazem parte da banda, junto com o tecladista André Lima e o trompetista Guizado. Completam a trupe neste lançamento a dupla de guitarristas Edgard Scandurra e Fernando Catatau. Ronaldo Evangelista resume, certo: “A vivência é única, e é justamente nessa coisa única que tudo se torna mais interessante. Falar muito é como explicar a piada: para fazer ideia, só ouvindo e pensando e sentindo”.

Sem um **olhar** estratégico | PAC 2 aumenta investimentos socioambientais, mas ainda vê Amazônia como mera exportadora de commodities **ANDREA VIALLI**

**A**o ser lançado com estardalhaço em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) substituiria o extinto Fome Zero como a principal marca do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre portos, ferrovias, estradas e hidrelétricas monumentais, o programa de Lula foi criticado em razão da falta de visão de sustentabilidade do programa. Já a segunda fase do PAC, o chamado PAC 2, lançado por Dilma Rousseff em março de 2010, quando ainda chefiava a Casa Civil, sinalizou para mais investimentos em áreas relevantes do ponto de vista socioambiental, como saneamento, drenagem urbana e moradias populares.

Para o período de 2011 a 2014, são previstos investimentos da ordem de R\$ 1,59 trilhão nas áreas de logística, energia e infraestrutura urbana. Destes, foram previstos R\$ 13 bilhões para abastecimento de água, R\$ 20 bilhões na coleta e tratamento de esgoto, R\$ 10 bilhões para drenagem urbana e R\$ 1,5 bilhão para resíduos sólidos. Outros R\$ 12,1 bilhões foram orçados para recuperar bacias hidrográficas. Na área de habitação, há R\$ 71,7 bilhões, com a meta de construção de 2 milhões de moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Sistemas de aquecimento solar de água estão projetados para 100% das moradias – na primeira fase do PAC, 60 mil casas deveriam receber o aparato solar. Na área de energia, as duas fases do PAC preveem 76 novos projetos de geração de energia elétrica – há parques eólicos e usinas de biomassa, mas também termelétricas a combustível fóssil. Mas o que preocupa especialistas, ONGs e Ministério Público é a construção de grandes hidrelétricas no bioma amazônico. O PAC 2 destina R\$ 116 bilhões para 54 novas usinas – 12 delas na Amazônia. São recursos adicionais a projetos já polêmicos, como a Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no estado do Pará.

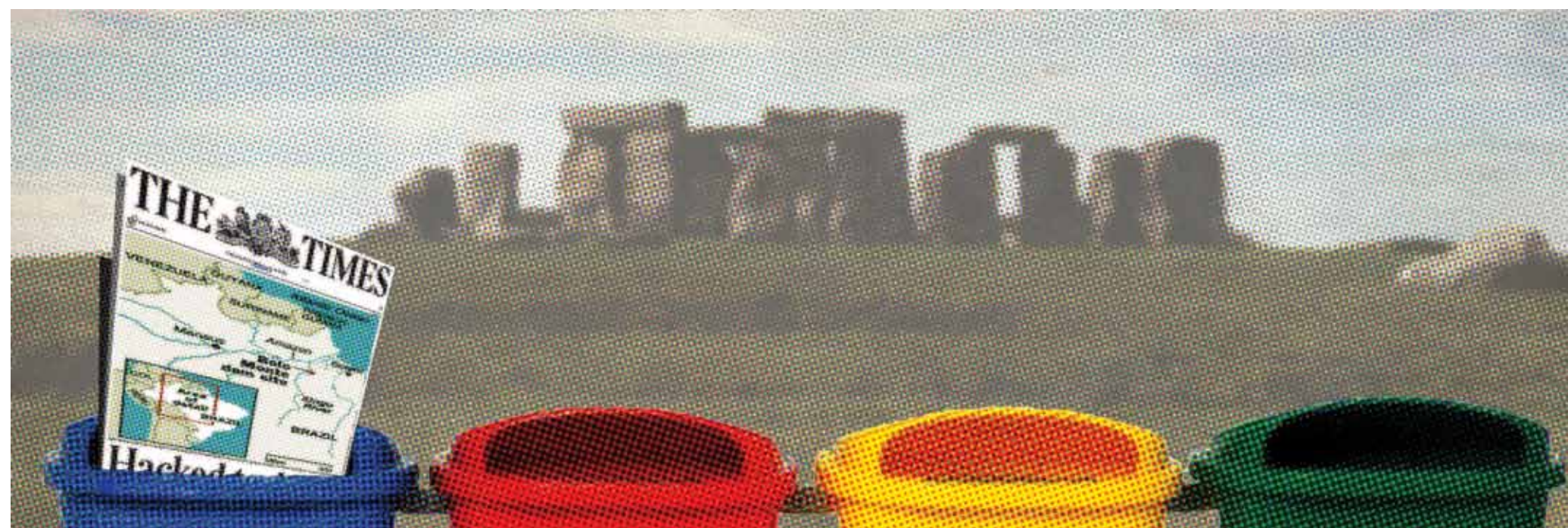
“Apesar de ter incorporado projetos relevantes em saneamento básico, o PAC persiste em uma abordagem da infraestrutura em que o meio ambiente é tratado como externalidade, não como vantagem competitiva do País”, avalia Ricardo Abramovay, coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. “De modo geral, a Amazônia segue como produtora e exportadora de commodities agrícolas e minerais em uma economia cada vez mais pautada pela exportação de produtos primários, como soja, carne, madeira e minério.”

Segundo ele, os projetos de infraestrutura do PAC

evidenciam essa vocação e não ajudam a fomentar a economia florestal baseada no conhecimento científico da biodiversidade, o que poderia ser um diferencial estratégico para desenvolver a economia da região.

A mesma opinião tem Roberto Malvezzi, assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e uma das lideranças contra as obras de transposição do Rio São Francisco na cidade baiana de Juazeiro. “O PAC 2 teve o mérito de aumentar o investimento em saneamento básico, o que sem dúvida tem uma dimensão social e ambiental muito significativa”, diz Malvezzi. No entanto, a execução das obras é que preocupa. “Há uma distância muito grande entre o anúncio dos investimentos e sua efetivação. Inclusive há o ralo por onde vaza o dinheiro público”, questiona.

O próprio governo reconhece a ausência de análise mais aprofundada da sustentabilidade no programa. “Em seu lançamento, o objetivo claro do PAC era infraestrutura, e o PAC 2 ganhou uma dimensão mais social com saneamento e moradia”, assinala Volney Zanardi Júnior, diretor de gestão estratégica do Ministério do Meio Ambiente. “Mas faltam análises mais sistemáticas de como os componentes ligados à sustentabilidade nas esferas social, ambiental e econômica estão representados no programa”, conclui.



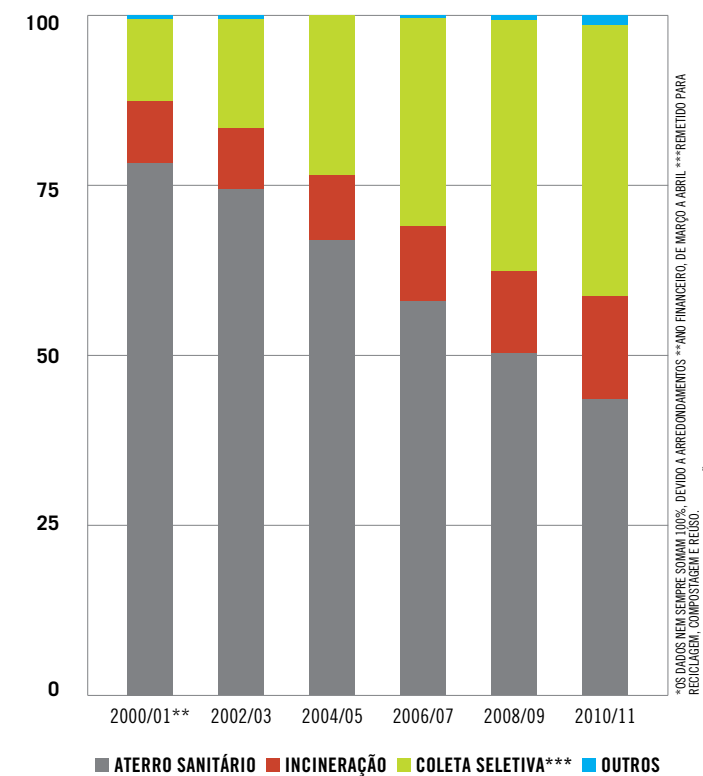
## Coleta seletiva pula de **12% para 40%** na Inglaterra **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

**O** Reino Unido oferece ao Brasil um bom exemplo de como melhorar a gestão do lixo e ampliar a coleta seletiva. Até meados da década passada, um dos países mais ricos do mundo chafurdava no fim da fila da União Europeia (UE) no tema da coleta seletiva, fazendo companhia à Grécia e Portugal. Na Inglaterra – que concentra 84% da população do Reino Unido (também formado por Gales, Escócia e Irlanda do Norte) –, apenas míseros 12% do lixo total participavam de esquemas de coleta seletiva no ano financeiro 2000/2001.

Graças à diretriz da UE para uma gestão mais sustentável dos resíduos sólidos, à intensa cobertura da mídia sobre o assunto e à forte pressão do movimento ambientalista, autoridades passaram a investir pesadamente em coleta seletiva e reciclagem. O resultado não poderia ser outro – a taxa de lixo separado para reciclagem registrou saltos anuais de dois a cinco pontos percentuais na década passada.

No último relatório sobre lixo do Ministério do Meio Ambiente da Inglaterra (Defra, na sigla em inglês), relativo a 2010/2011 e divulgado no início de novembro, a taxa de coleta seletiva pela primeira vez ultrapassa a marca dos 40%, cravando exatos 40,1% do lixo total recolhido. Há três destinos básicos para a coleta seletiva inglesa: reciclagem, reúso e compostagem.

DESTINO DO LIXO NA INGLATERRA (%)\*



## No rastro da **pegada** Puma sai na frente ao calcular custo dos impactos ambientais causados por sua cadeia de negócios **ANDREA VIALLI**

Quanto vale o impacto ambiental de uma empresa? É possível colocar, na ponta do lápis, os custos financeiros advindos da emissão de gases de efeito estufa, do consumo de água e da perda da biodiversidade decorrentes da atividade econômica? A Puma, multinacional alemã do setor de calçados, roupas e artigos esportivos, provou que sim, ao divulgar em novembro o primeiro relatório de contabilização financeira dos impactos ambientais de sua cadeia de negócios, iniciativa inédita no mundo corporativo. Trouxe à tona, com o documento, uma discussão importante: até que ponto é positivo para uma empresa antecipar as demandas de um ambiente regulatório que talvez só venha a ser realidade no futuro? Esse posicionamento de vanguarda pode afetar lucros e afugentar investidores a curto prazo?

O relatório da Puma analisa o impacto ambiental das atividades da companhia em cinco áreas-chave: gases de efeito estufa, consumo de água, uso da terra, poluição atmosférica e resíduos. Por meio de metodologia desenvolvida pelas consultorias PricewaterhouseCoopers e Trucost, a empresa concluiu que sua cadeia de negócios causou um impacto ambiental equivalente a € 145 milhões em 2010. A maior parte desses impactos – 94% do total – tem origem na rede de fornecedores, especialmente na produção de couro, borracha e algodão. Nas operações diretas da Puma – escritórios, lojas, armazéns e distribuição –, a pegada ecológica é muito menor, visto que responde por € 8 milhões, ou 6% dos custos ambientais totais.

“A maior parte dos impactos ocorre nas operações dos parceiros

externos, e esses custos não entram nos relatórios financeiros”, reconheceu Jochen Zeitz, presidente da Puma, em entrevista a PÁGINA22. “Foi esse o motivo que nos levou a incorporar os serviços ecossistêmicos em nossas contas. É objetivo da companhia tornar-se responsável pelos danos a esses serviços.”

Zeitz também é diretor de sustentabilidade do grupo francês PPR, que, além da Puma, é dono da Fnac e de diversas marcas de alto luxo, como Stella McCartney, Gucci e Yves Saint Laurent. O PPR, que faturou € 14,6 bilhões em 2010, também adotará a metodologia de contas ambientais para o grupo como um todo, com o primeiro relatório previsto para 2015. Conferir valor monetário aos impactos, defende Zeitz, é passo significativo no desenho de um plano eficiente para enfrentá-los. “Sinceramente, espero que nosso relatório possa abrir os olhos do mundo corporativo para o fato de que o modelo econômico que nasceu com a Revolução Industrial, há mais de dois séculos, precisa mudar radicalmente. O novo paradigma dos negócios é trabalhar com a natureza, não contra ela”, resume o executivo.

“Divulgar informações que à primeira vista podem soar negativas proporciona uma transparência nas operações que certamente deverá direcionar a estratégia de produção e segmentação de mercado num futuro próximo”, avalia Marcos Amend, diretor da Conservação Estratégica, organização que incentiva o uso e ensino da economia e do pensamento estratégico como ferramentas para a conservação do meio ambiente. “Esse movimento voluntário tem



o efeito de reduzir os riscos de uma adequação abrupta, causada por uma regulação governamental.” Por outro lado, diz Amend, o pioneirismo pode se converter no futuro em vantagens comparativas no mercado. “Ambos os efeitos favorecem a sustentabilidade financeira da empresa a longo prazo.”

Não há indicações de que alguma empresa no Brasil esteja realizando estudos internos para medir monetariamente seus danos ambientais, mas há projetos em curso para desenvolver instrumentos para medição de impactos da atividade econômica no capital natural. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), por exemplo, elabora ferramentas para incorporar a gestão dos serviços ambientais nos negócios por meio

de um *software* do Natural Capital Project (projeto que envolve universidades americanas, como Stanford, e ONGs ambientalistas). Já em uso por empresas da Colômbia, Canadá, China e Belize, o software agora será testado por companhias brasileiras.

Para Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos, a valoração do capital natural é uma tendência ainda incipiente no ambiente das empresas que deve ganhar corpo com regulamentações ambientais, como o imposto sobre emissões de carbono recentemente adotado pela Austrália. “As mudanças climáticas mostram que o funcionamento de determinados mercados impõe custos para toda a sociedade.”

LEIA, NA VERSÃO DIGITAL DESTA SEÇÃO EM FGV.BR/CES/PAGINA22, A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA COM JOCHEN ZEITZ, PRESIDENTE DA PUMA.

### ENTREVISTA RICARDO BARBOSA

## LIXO METÁLICO VIRA NEGÓCIO NA VOTORANTIM METAIS

É plenamente factível diminuir a exploração mineral com benefícios ambientais significativos, como a menor geração de contaminantes presentes nos rejeitos da mineração. A boa notícia para as empresas é a de que isso pode ser feito com retorno financeiro nada desprezível ao caixa. Ricardo Barbosa, gerente de sustentabilidade da Votorantim Metais, conta a PÁGINA22 detalhes da estratégia da empresa para desenvolver novos negócios por meio do aproveitamento de resíduos. **JULIANA ARINI**

### É possível falar em “mineração sustentável”, ou é mais realista pensar em uma atividade “menos impactante”?

Os impactos ambientais são inerentes à atividade mineradora. Mas, se considerarmos que o termo “sustentável” remete ao equilíbrio entre lucro consistente, proteção ambiental e justiça social, podemos, sim, falar em mineração sustentável. Com base no mapeamento dos principais impactos socioambientais de nossas atividades, nós nos comprometemos com uma série de ações, para minimizar suas consequências negativas e potencializar as positivas.

Por isso, a Votorantim Metais prevê, para os próximos cinco anos, investimentos da ordem

de R\$ 1,3 bilhão em projetos de reciclagem e reaproveitamento de resíduos, adotando essa prática como uma oportunidade para o seu negócio.

### A empresa implantou em 2010 o projeto Resíduo Zero, na unidade de Morro Agudo, em Paracatu (MG). Quais são os ganhos ambientais e econômicos do projeto?

O intuito é acabar com a geração de resíduos decorrentes do beneficiamento de zinco, enquanto reduz impactos ambientais, garante a qualidade do produto, gera retorno financeiro com a venda de mais um produto e evita a construção de novas barragens (*de contenção de resíduos potencialmente contaminantes*). Foram investidos R\$ 300 mil no projeto, com economia de R\$ 20 milhões, que seriam utilizados na construção de uma nova barragem (*depósito de sedimentação*). O rejeito do beneficiamento do zinco é transformado em pó calcário agrícola, utilizado como corretivo de acidez do solo na agricultura. Na unidade de Morro Agudo, são produzidas anualmente 880 mil toneladas de pó calcário.

Em agosto, a Votorantim Metais inaugurou sua fábrica de polimetálicos em Juiz de Fora

### (MG). Que ganhos ambientais e econômicos a unidade está proporcionando ao setor mineral e siderúrgico?

Trata-se de operação na qual aproveitamos o pó das aciarias elétricas da indústria siderúrgica, uma tecnologia inovadora no País. Conferimos valor econômico a esse pó, mediante o aproveitamento dos metais que ele contém. Além de incrementar a produção de zinco, utilizamos menos matéria-prima importada, levando à redução de 80% nos resíduos gerados nessa fábrica. A reciclagem do pó de aciaria elétrica adicionará cerca de 20 mil toneladas de zinco ao ano, representando aproximadamente 20% da produção da unidade. Investimos R\$ 521 milhões na planta.

### As tecnologias de aproveitamento de resíduos utilizadas nos dois projetos serão adotadas em outras fábricas da companhia?

Sem dúvida. A governança da sustentabilidade na Votorantim Metais prevê a formação de grupos temáticos com participação de representantes de todos as áreas de negócios, exatamente para fomentar. O desafio hoje não é apenas adotar ações efetivas voltadas para a sustentabilidade, mas também aprimorá-las cada vez mais.

## Recessão na Europa golpeia o mercado de carbono

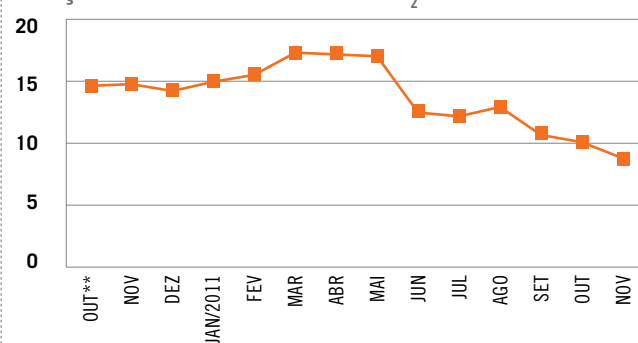
JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

A nova recessão na Europa derrubou os preços do carbono a patamar inferior ao do início da crise de 2008/2009. No final de outubro de 2008, a cotação das licenças de emissão no mercado europeu de carbono acumulava queda de 20% em menos de dois meses, sendo negociadas a 22 euros a tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente. Ao longo do mês passado, porém, o preço das licenças (European Union Allowances – EUAs) desabou para o patamar de 9 euros, valor mais baixo em 33 meses.

Os créditos de carbono do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Kyoto acompanharam a tendência, despencando para perto de 6 euros no mercado secundário. Os créditos do MDL são oficialmente chamados de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs ou CERs na sigla em inglês) e seu valor costuma equivaler a 70% do preço da EUA.

Na projeção do banco suíço UBS, uma das instituições mais ativas no mercado de carbono, o excesso de EUAs gerado pela recessão continuará golpeando os preços

### PREÇO DO CARBONO EM EUROS POR CO<sub>2</sub> EQUIVALENTE\*



\*REFLETEM PRINCIPALMENTE AS COTAÇÕES DO MERCADO EUROPEU DE CARBONO. \*\*COTAÇÕES DE FINAL DE MÊS, A EXCEÇÃO DO ÚLTIMO PREÇO, EM NOVEMBRO. FONTE: FOREXPROS ELABORAÇÃO: PÁGINA22

nos próximos meses. Segundo prevê o UBS, a cotação da EUA declinará para cerca de 5 euros em 2012, podendo derreter até 3 euros. Analistas consideraram exagerado o pessimismo dos suíços, embora também projetem preços inferiores a 15 euros para a EUA no próximo ano.



■ O economista britânico Peter Victor lida há 40 anos com assuntos ambientais como consultor, servidor público e professor. Hoje ensina Estudos Ambientais na Universidade de York, no Canadá. Em 2005, publicou *Managing Without Growth*, livro em que explora um modelo sem crescimento para a economia canadense

# Amadurecendo economias

POR FLAVIA PARDINI

**S**e há alguém que tenta imaginar como fazer para que as economias respeitem os limites biofísicos do planeta, é o economista Peter Victor. Em 2005, ele publicou no livro *Managing Without Growth* um modelo macroeconômico de 30 anos em que a economia canadense amadurece gradualmente e para de crescer. Os efeitos, ao contrário do que reza a cartilha econômica convencional, são positivos: pleno emprego, melhora na distribuição de renda, equilíbrio fiscal e redução das emissões de carbono. A chave está em uma semana de trabalho 15% menor, vínculos sociais mais fortes, menos consumo por *status*, e fortalecimento de relações comerciais regionais. Para que as pessoas gostem de viver em economias maduras, é preciso reavaliar o que é importante na vida, diz Victor. Tal debate hoje é mais fácil do que há alguns anos, diante da fragilidade do sistema econômico e do crescente engajamento em movimentos como o Occupy Wall Street. Para ajudar a aprofundar a discussão, Victor e seus colegas promovem, em maio, a primeira conferência para repensar o crescimento nas Américas ([montreal.degrowth.org](http://montreal.degrowth.org)).



**O crescimento econômico nem sempre recebeu a prioridade que tem hoje. Como se tornou o motor da economia global?**

A literatura sobre economia e políticas de governo não contém referências ao crescimento econômico antes de 1950. A ideia apareceu com o trabalho de John Maynard Keynes nos anos 30 – ele elaborou uma nova explicação para o desemprego galopante em vários países. Os economistas da época argumentavam que o governo não podia fazer nada para que a economia voltasse ao pleno emprego. Keynes disse que o principal determinante do emprego é o nível total de gastos em uma economia, e o desemprego se deve ao fato de não haver dinheiro suficiente sendo gasto. Os gastos são compostos de gente comum indo às compras e de empresas comprando equipamentos ou construindo prédios. Keynes disse que é preciso estimular ambos para gerar empregos.

O problema de estimular um aumento dos investimentos é que expandimos a capacidade da economia de produzir e, no próximo ano, será preciso adicionar mais gastos para manter o pleno emprego. Os governos adotaram o crescimento para assegurar o pleno emprego, mas, a partir dos anos 50, mudaram a ênfase e passaram a considerar o crescimento mais importante do que o emprego. Houve razões políticas, a Guerra Fria, os EUA e a União Soviética competindo, a corrida espacial, os russos tentando alcançar o padrão de vida dos americanos, então isso também virou uma corrida, com o crescimento como prioridade. Não é que antes os economistas não estivessem interessados em crescimento – Adam Smith se interessava por como as nações se tornam ricas –, mas não era tema de política pública. A mudança ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e, em 1961, quando foi criada a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os países ricos colocaram o crescimento como prioridade.

**Tal prioridade continua, especialmente depois da recessão iniciada em 2008, mas pouco se fala em acabar com a desigualdade, por exemplo.**

Há a visão generalizada de que a desigualdade não importa se todos ficam mais ricos: por que reclamar que alguns enriquecem mais do que você se você também está enriquecendo? Acho isso errado. Para muitos de nós, o que importa é a posição relativa, não a riqueza absoluta. Há a visão também de que, se você quiser combater a desigualdade, terá recursos para fazê-lo se a economia estiver crescendo; sem crescimento, terá problemas.

**No Brasil, apesar do crescimento dos últimos anos, ainda há desigualdade.**

Isso é típico, há evidências de que o nível de desigualdade em muitas economias cresceu nos últimos 10 a 15 anos. Se você deixa uma economia capitalista se manifestar, ela não gera igualdade, há pressões tremendas para acumular e concentrar capital. É uma questão de criar políticas de governo para contrabalançar, e, até 10 ou 15 anos atrás, os governos entendiam essa responsabilidade. Mas afastaram-se dela e dão menos importância à desigualdade. Os desdobramentos normais do mercado não promovem igualdade, não há nada no sistema que o faça fazer isso. É uma combinação de como a economia funciona com o fato de que os governos se afastaram da responsabilidade.

**Em sua pesquisa, o senhor perguntou se a economia canadense poderia ter pleno emprego, equilíbrio fiscal e emissões de carbono reduzidas, além de acabar com a pobreza – tudo isso sem crescimento econômico. Que resposta encontrou?**

Isso é possível no modelo que criei. Funciona como um modelo econômico convencional, com o nível total de gastos na economia como o principal determinante do emprego, e as principais categorias de gastos: consumo, investimento, gastos do governo e comércio exterior. O que é pouco convencional é a pergunta que fiz. Em vez de como obter mais crescimento, perguntei se podemos alcançar importantes objetivos sociais, econômicos e ambientais mesmo se a economia não crescer. Não obtive uma boa resposta simplesmente ao matar o crescimento, e isso é instrutivo, porque é real o risco de que uma economia sem crescimento saia do controle. É por isso que a resposta à recessão é: precisamos sair disso e voltar a crescer. Mas, por questões ambientais muito importantes, esse não é o caminho a seguir, e vale investigar alternativas.

O modelo equilibra a capacidade produtiva da economia com o nível de gastos para que haja pleno emprego – ou algo próximo a isso –, sem que seja preciso manter a economia expandindo ano após ano, como fazemos hoje. O que o modelo faz é empregar os benefícios de um aumento de produtividade na forma de mais lazer. Assim, podemos nos tornar mais produtivos sem ter de produzir mais, apenas trabalhar menos. Desde que haja distribuição, é possível ter muito menos desigualdade, sem crescimento. Há redução imediata das emissões de carbono, mas eu não parei aí e introduzi no modelo um imposto para que houvesse incentivo à busca de alternativas – isso faz grande diferença nos resultados. O modelo apresenta uma combinação de coisas que, se fossem todas colocadas em prática, resultariam em uma economia em estado estacionário (*steady-state*) funcionando muito bem.

**Então o modelo tem crescimento baixo por um tempo e termina sem crescimento?**

No principal cenário que explorei no livro (*Managing Without Growth*), a taxa de crescimento desacelera por mais ou menos uma década, a partir de 2010, com a introdução gradual de várias medidas. Depois de cerca de 20 anos, o PIB *per capita* se estabiliza, mas a um nível mais alto do que hoje. Então é uma desaceleração seguida de estabilização. Depois que terminei o livro, me envolvi na discussão sobre decrescimento e usei meu modelo para pesquisar cenários em que a economia encolhe – ainda é possível atingir os objetivos sociais, econômicos e ambientais dos quais estamos falando. É mais difícil, mas é possível gerar cenários satisfatórios.

**Pelo menos no mundo dos modelos...**

No modelo, sim. No mundo real... Para mim, modelos são úteis para nos ajudar a compreender o mundo, eles não nos dizem o que vai acontecer, apenas nos dão *insights*.

**Como o seu modelo lida com a desigualdade?**

No Canadá há uma medida estatística chamada “limite da renda baixa”, basicamente a mesma coisa que o resto do mundo chama de “linha da pobreza”. Não é um número só, depende da cidade, se a

Para gostar de viver em economia *steady-state* é preciso avaliar o que importa, como ter tempo livre e vida comunitária forte

região é urbana ou rural, tamanho da família etc. Calculei quanto custaria, em 2005, elevar todos a pelo menos esse nível. Não sabia se se tratava de um problema de 100 bilhões de dólares (*canadenses*), de 200 bilhões, mas acabou se provando um problema de 13 bilhões. Na época, o Canadá tinha um superávit orçamentário bem maior do que isso, embora a situação tenha mudado nos últimos dois anos. Desse ponto de vista – e sabemos que pobreza é muito mais do que renda –, a magnitude do problema torna-se administrável. O que qualquer usuário do programa pode fazer – está disponível na internet ([managingwithoutgrowth.com](http://managingwithoutgrowth.com)) – é escolher o percentual da população que quer manter abaixo da linha da pobreza e o modelo calcula o custo e inclui no orçamento do governo.

**Transferência direta de dinheiro?**

Sim, traríamos todos ao nível que os estatísticos nos dizem ser necessário para um padrão de vida decente; você não é rico, mas tem comida suficiente, moradia, vestuário, transporte etc.

**Para manter a situação bastaria transferir dinheiro ao longo do tempo?**

Sim, já fazemos isso, temos programas de apoio, impostos mais altos para os ricos do que para os pobres. Nos afastamos desse tipo de política nos últimos 15 a 20 anos, e o resultado tem sido desigualdade crescente. No modelo, basta optar por mais apoio financeiro aos mais pobres. Na prática, há muitas coisas que você pode fazer no nível da comunidade, por meio da educação, e assim por diante. Minha abordagem é um pouco direta, mas conta uma história válida.

**O modelo está disponível na internet. As pessoas podem usar seus próprios dados e obter resultados diferentes?**

Não é tão flexível assim. É um modelo só da economia canadense, mas há coisas que você pode determinar de forma a eliminar a pobreza, ou níveis diferentes de taxação, ou pode encurtar a semana de trabalho. O modelo então calcula as implicações. Você pode mudar, por exemplo, o imposto sobre o carbono. Obtive meus resultados com um imposto bem mais alto do que a Austrália acaba

de aprovar (23 dólares australianos por tonelada). Comecei com um imposto zero que sobe até 200 dólares (*canadenses*) – para reduzir as emissões significativamente, é preciso de um imposto dessa magnitude. Na minha versão do modelo, o imposto sobre o carbono é neutro, qualquer receita que o governo tenha é compensada com redução nos impostos de renda e sobre o lucro das corporações. Há versões do modelo adaptadas para a Suécia, a Nova Zelândia, e estão construindo uma na Noruega.

**Como em qualquer modelo, é preciso adotar premissas, e uma das suas é população e força de trabalho estáveis. Quão factíveis são as premissas do seu modelo na atual situação social, econômica e política?**

Claro, há muitas premissas. A população estável, entretanto, é das mais realistas, porque a situação no Canadá, e em outros países desenvolvidos, é que a taxa de natalidade caiu abaixo da taxa de substituição. O que mantém a população crescendo é a imigração, que é um assunto sensível, duplamente para mim, pois sou imigrante. Pode-se estabilizar o produto de uma economia mesmo com população crescente, mas na média todos ficariam mais pobres. Não gosto disso, então perguntei o que seria preciso para estabilizar a população canadense.

Há duas categorias de imigrantes: aqueles que imigram por questões humanitárias ou de família, e os “imigrantes econômicos”. São pessoas convidadas a vir ao país para beneficiar a economia. Nossa política de imigração é uma política de crescimento econômico, desenhada para trazer mais pessoas para aumentar o PIB. São pessoas bem treinadas, com dinheiro e habilidade para se empregar, que teriam muito a contribuir em seus países de origem. Se o Canadá mudasse sua disposição quanto ao crescimento econômico, automaticamente alteraria a posição em relação aos imigrantes. Ainda precisaríamos de centenas de milhares de imigrantes econômicos por ano, apenas para estabilizar a população. Não teríamos uma política de portas fechadas, mas de imigração reduzida. A questão da população é uma questão de política.

Mas, voltando às premissas, usamos dados reais para fortalecer as premissas dos modelos, mas o problema é que isso envolve explorar situações passadas. Por exemplo, eu investiguei como as pessoas gastaram aumentos na renda e assumi que tal comportamento se mantém no futuro. Mas, se a economia entra em estado estacionário e há uma mudança tão dramática de valores e modos de vida, por que assumir que as pessoas consumiriam a mesma proporção de um aumento de renda do que no passado? É uma deficiência dos modelos que usam dados históricos para dizer algo sobre o futuro.

**O senhor defende mudanças não só em questões econômicas, mas também em temas como propaganda e educação. Pode falar um pouco sobre elas?**

Para que as pessoas gostem de viver em uma economia em *steady-state*, é preciso reavaliar o que é importante na vida. Primeiro, o crescimento não seria a coisa mais importante, mas, sim, ter mais tempo livre e uma vida social melhor, com comunidades mais fortes. Uma das mudanças seria no valor do consumo. Muito se escreveu sobre o *status* como motivação: consumimos para mostrar aos outros algo sobre nós. Espero que encontremos outras formas de mostrar

que somos bons cidadãos e vejo algum avanço. Ensino há tempos e costumava haver discussão entre meus alunos sobre o carro que comprariam depois de se formar, mas faz pelos menos cinco anos que não ouço isso. O carro não aparece mais na lista de coisas que eles querem. Ao mesmo tempo, estamos todos tão expostos à propaganda – o principal canal de comunicação de valores em nossa sociedade costumava ser a religião, foi a educação por um tempo, mas diria que, hoje, são os marqueteiros.

Isso precisa ser controlado porque o tipo de valores que os marqueteiros promovem está em desacordo com qualquer direção razoável que a sociedade deveria seguir. Quanto à educação, pelo menos no Canadá, há a percepção crescente de que temos de educar para que nossos estudantes obtenham um emprego. Não digo que isso é irrelevante, mas gosto de pensar que devemos educá-los para ser bons cidadãos. Tendemos a sacrificar coisas como artes, esportes, e até mesmo leitura, na crença de que são menos importantes do que outras coisas na preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

**Como seria a vida do canadense comum sob o seu modelo sem crescimento? O que mudaria? Os canadenses poderiam comprar a última versão do iPhone, por exemplo?**

Esta é a pergunta certa. Não tenho todas as respostas, meu trabalho centra-se no nível nacional, macroeconômico. Há uma razão para isso. Tenho tratado de questões ambientais há tempos e ouvi boas ideias serem descartadas porque alguém diz “isso prejudicaria o crescimento econômico”, ou a competitividade ou a produtividade, o que seja. Tentei neutralizar esse argumento, ou pelo menos dar bem menos importância a ele – se concluíssemos que, na verdade, não precisamos de crescimento, poderíamos olhar seriamente para essas outras ideias. A verdadeira questão é que tipo de vida queremos levar. Depois de pensar e discutir com nossos pares, de que achamos que a boa vida consiste? Da mesma forma, nas esferas da comunidade e local, como seria a vida que queremos

Deveríamos nos centrar na demanda sobre a biosfera (e não no PIB). Essa definitivamente tem de encolher

em São Paulo, por exemplo? É preciso haver uma grande discussão pública. Seria um erro achar que há uma resposta simples, mas eu diria o seguinte: as pessoas teriam mais tempo livre, as economias seriam mais locais. Há muito descontentamento com a globalização, uma sensação crescente de impotência e fragilidade, e a economia global no momento parece incrivelmente frágil. Há coisas que poderiam fazer a vida das pessoas muito melhor, saber de onde vem sua comida, conhecer o agricultor, esse tipo de coisa.

**Menos consumo?**

Menos consumo de coisas que compramos principalmente por status. Mas o iPhone ainda existiria!

**Críticos argumentam que mudar as coisas em um só país não faz diferença – por exemplo, o imposto sobre o carbono na Austrália enquanto o resto do mundo continua imóvel em relação às emissões. Quais seriam os impactos se o Canadá abandonasse o crescimento, enquanto o mundo continua tentando crescer?**

Se o Canadá mudasse de direção e mais ninguém o fizesse, todos os grandes problemas que uma economia em *steady-state* tenta solucionar continuariam tão ruins quanto antes. Somos 2% da economia mundial, consertar 2% não resulta em muito, mas esse é o velho dilema: o que uma pessoa ética faz quando se depara com escolhas antiéticas? A opção de responder “o que eu escolher não fará diferença” é uma fórmula para o desastre. Vejo o problema de outro ângulo e pergunto “sobre o que temos controle, quais são nossas responsabilidades?” Vivemos em um mundo composto de nações-Estados, uma nação ainda pode tomar decisões importantes, e, se acha que há uma que vale a pena, então é isso que deve fazer.

Sabe de uma coisa? Isso torna a decisão muito mais fácil para outros tomarem. Algumas vezes haverá um preço a pagar a curto prazo, mas a longo prazo há muito a ganhar, tenho certeza de que será assim com a Austrália. A segunda parte da resposta é que não há chance de que esse tipo de mudança ocorra em apenas um país. Se há interesse por ela, ele está em todo o mundo, é muito mais provável que vejamos uma mudança generalizada, e não só um país se afastando tão radicalmente dos demais a ponto de pagar um alto preço por isso.

**Os adeptos do *steady-state* dizem que os países desenvolvidos devem parar de crescer para permitir que nações em desenvolvimento continuem a crescer por um tempo. Nessa economia globalizada, com países como os EUA e a China umbilicalmente ligados pelo comércio, como a ausência de crescimento nos países ricos afetaria a habilidade dos países em desenvolvimento de crescer?**

Ótima pergunta. Devo admitir que esse é um tema-chave sobre o qual mal começamos a pensar. Trata-se da transição, porque não se pode apenas dizer “vamos pular para o *steady-state*”. No meu caso, o modelo descreve uma transição, vai de onde o Canadá estava em 2005 e projeta uma trajetória ano após ano até 2035. Até onde entendo, a relação entre os EUA e a China em particular não é durável ou saudável. De um lado, você tem os EUA acumulando dívidas internacionais e, do outro, a China enviando cada vez mais produtos ao exterior na base do crédito. Algum lado tem de ceder.

Os americanos gostariam de ver uma mudança na taxa de câmbio para que os produtos chineses ficassem mais caros e os americanos, mais baratos. Ou seja, eles estão dizendo que querem mudança nas relações comerciais. Não tem nada a ver com uma economia *steady-state*, será preciso ajustar a situação do comércio mundial mesmo que queiramos continuar com o modelo atual. Não sei dizer a esta altura se a mudança seria tão mais dramática caso os países ricos adotassem economias *steady-state*, mas haveria mais trabalho a fazer. Acredito no fortalecimento das relações Sul-Sul, e isso vem ocorrendo na América Latina com a Alba (Aliança Bolivariana para as Américas). É a coisa certa a fazer, integrar-se com seus vizinhos próximos, cujas circunstâncias são comparáveis às suas, em vez de produzir para exportar para pessoas que consomem mais do que o necessário. Mas a transição é chave. Escrevi meu livro antes dessa recessão causada por questões financeiras e, quando me faziam esse tipo de pergunta, era como se tivéssemos um sistema funcionando muito bem, obrigado. Agora, olho para o sistema e digo: “Está caindo aos pedaços!” Veja a Europa, a situação da Grécia, da Itália. Facilita para nós que defendemos que há um caminho diferente a seguir, pois a alternativa parece muito ruim.

**O movimento Occupy Wall Street também ajuda?**

Ajuda, esse tipo de mudança não vai acontecer porque alguém clicou um botão em um computador e obteve um gráfico diferente. Estamos falando de mudanças significativas no tecido social que só podem ocorrer se grandes grupos estiverem engajados na transformação. As discussões no Occupy Wall Street não são muito focadas, mas se inspiram nas coisas certas. O triste é que a ideia da economia *steady-state* ainda é muito marginal. Se estivéssemos mais avançados em promovê-la, as pessoas do Occupy Wall Street poderiam se apoderar dela e dizer “sabe, há um modelo econômico diferente pelo qual podemos lutar”.

**Ainda se trata de uma ideia acadêmica?**

Não acho que seja particularmente restrita à academia, não há muitos acadêmicos trabalhando nela. Há outro problema. Em meu livro, não uso o termo *steady-state*, não é uma terminologia que ache muito atraente. É ainda pior se falarmos em decrescimento.

**O que o senhor gostaria de ouvir?**

Essa é a sua especialidade! É um desafio, como traduzir essas ideias, mantendo sua integridade, mas usando uma linguagem mais amigável, positiva?

**Que tal “economia melhorada” (*improved economy*)?**

Estou trabalhando em um artigo sobre a transição para uma “economia madura”, e com isso quero dizer que a economia do crescimento é imatura como um adolescente que tem surtos de crescimento. Quando atinge a idade adulta, não se espera que continue crescendo, há certa estabilidade. Não sei se é a expressão certa, mas transmite uma imagem diferente do que *steady-state*. Outra coisa que discuti com Herman (*Daly, o pai da economia steady-state*), é o que exatamente se mantém constante. Analisei a literatura e diferentes autores mantêm coisas diferentes constantes quando falam

em *steady-state*. Mesmo Herman algumas vezes fala em manter os estoques de capital constantes, outras vezes os fluxos de renda ou de consumo. Minha visão é de que temos de prestar atenção na interface da economia com a biosfera. Nossas economias demandam demais em termos de materiais, energia, espaço para colocar nosso lixo, e também ocupamos muita terra e expulsamos outras espécies. É aí que precisamos de fortes políticas de controle. Se tivéssemos essas políticas – assim como o imposto australiano, seria um passo na direção certa –, ainda seria concebível que uma economia crescesse. Se o povo da tecnologia estiver certo em dizer que podemos ser mais e mais eficientes, e desde que controlemos o *throughput* e mantenhamos o fluxo de materiais e energia na economia consistente com o respeito pela biosfera, a economia pode crescer, mudar, transformar-se. Prefiro não usar o termo *steady-state*, porque ele foca no PIB e deveríamos nos centrar nas demandas sobre a biosfera. Essas definitivamente têm de encolher, pois estabilizar no nível em que estamos não é suficiente.


**Mais recentemente o senhor tem pesquisado o decrescimento?**

Estamos fazendo, Tim Jackson e eu, um modelo macro com aspectos melhorados em relação à minha primeira tentativa. Por exemplo, o setor financeiro é mais proeminente, e tentamos nos prender menos ao comportamento passado quando projetamos o futuro. Também queremos que possa ser aplicado mais facilmente a diferentes países. Devemos ter resultados preliminares até o meio do ano que vem. O modelo será capaz de dizer algo sobre economias que crescem, que encolhem e que se mantêm estáveis, é uma questão de quais políticas você impõe e quais premissas assume. A pergunta que estamos fazendo é: o que acontece com uma economia com sérios limites biofísicos?

**Há algum interesse de governos no novo modelo?**

Não foi isso que nos estimulou. Tim Jackson foi responsável pela pesquisa para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Inglaterra, ouviu sobre o meu trabalho, escreveu sobre ele no seu livro e me convidou a apresentá-lo. Sendo o cara brilhante que é, percebeu que havia muito a melhorar e decidimos trabalhar juntos. A comissão dele, entretanto, foi abolida. Não há um só governo que tenha abraçado esse assunto. Mas estão curiosos, eu recebo convites de políticos, servidores públicos. Em geral, há mais interesse na esfera local do que na nacional, os políticos locais estão muito mais cientes dos limites, não podem imprimir dinheiro, são responsáveis por coisas como a disposição do lixo e esgoto, têm uma clara noção de seu território.

**Quão receptivos são os economistas?**

A maioria não se engaja, não adota o assunto. Sou professor de estudos ambientais, mas gosto de como a economia nos dá uma base para análise e conceitos úteis. A economia diz lidar com a escassez. Meu desacordo com muitos economistas é que eles não veem o que se tornou escasso – a biosfera, ela não suporta nossas demandas, e deveríamos trazer nossa perspectiva de escassez para entender esse novo problema. Conheço vários economistas que concordariam com o que eu acabei de dizer, mas não querem discutir a questão do crescimento, é simplesmente demais para eles. 

# Pra já ou pra amanhã?

Que as soluções para a crise ambiental global precisam ganhar velocidade já se sabe. Mas, apesar do desejo de transformação abrupta com tintas fortes, especialistas veem nas mudanças graduais o melhor cenário **POR EDUARDO GERAQUE FOTOS LUCAS CRUZ**



A empresa Godrej and Boyce anunciou, em abril deste ano, que fecharia em definitivo suas portas. A última fabricante de máquinas de escrever do mundo produziu na Índia apenas mil peças, nos 12 últimos meses de sua história. A “insustentabilidade” do produto foi determinada pela criação dos computadores, cada vez mais populares a partir dos anos 1990. Pode-se dizer que, assim como as máquinas de escrever, as revoluções Francesa e Russa, por exemplo, marcaram guinadas que podem ser consideradas abruptas – e, nesses dois últimos casos, violentas – no curso da história.

Dentro do aspecto ambiental, o debate ao redor da economia verde remete às grandes transformações do passado. Esse processo levará ao desenvolvimento sustentável ou apenas marcará passo, até que os diversos setores da sociedade encontrem alguma saída mais honrosa para poupar um pouco o planeta da predação?

“Rupturas, entendidas como guinadas abruptas de direção, não vejo como positivas ou até mesmo boas. São muito perigosas, pois os efeitos são quase sempre imprevisíveis”, afirma Aerton Paiva, da consultoria Gestão Origami. Para o especialista, o clima de Fla-Flu ao redor do desenvolvimento sustentável é uma forma equivocada de abordar o problema.

“Mas, se temos condições de guinar em alguns temas, que guinemos. Nas outras situações, que sejamos focados, pragmáticos, em busca de uma solução”, diz Paiva. O consultor exemplifica itens que não podem ser tratados de forma gradual, ao contrário. “Existem assuntos da sustentabilidade que estamos mais do que calejados em saber como são e como se resolvem, como a relação promíscua entre empresas e partidos políticos no campo do financiamento de campanhas, ou então a propina para o guarda rodoviário”, afirma. Ele também lista nesse campo os limites às emissões, a redução do consumo energético e o rigor nos licenciamentos ambientais.

Do outro lado da linha desenhada por Paiva, existem itens que não são colocados nesse balaio, porque, embora gostássemos que tais mudanças ocorressem, não sabemos *como* fazer isso. E, portanto, precisamos nos debruçar mais sobre esses problemas para entender o melhor caminho. Nesse sentido, os exemplos que cita são vários.

Eles vão do uso do PVC para bolsas de sangue até a segurança alimentar, coisas das quais não se pode abrir mão. Passam por não conseguir declarar independência total do carro, pela falta de transporte público adequado, e chegam até as questões do uso da energia nuclear, da



qual não podem prescindir os países que não tenham condições de seguir caminhos mais “limpos” e precisem de segurança energética.

Mas o próprio especialista ressalva que a escolha pelo caminho lento e gradual nem sempre é descolada da vontade de “ganhar tempo”. Ele toma como exemplo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Uma saída direta e reta poderia ser a tributação da geração de lixo e a criação de um fundo para a regularização dos processos de tratamento dos resíduos, que crescem ano após ano.

Mas, ao contrário, a política foi conduzida pelo governo federal de forma ampla e abrangente. A seu ver, esse é um caso típico em que a velocidade reduzida é necessária para que não ocorram choques entre interesses políticos, o que inviabilizaria a aprovação da lei.

### INOVAÇÕES SEM RUPTURA

O ambientalista Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, também partilha da visão de que a transformação não precisa ser imposta por mudanças abruptas. O que não significa que o ritmo do processo atual o agrada. Para ele, a questão é que ainda se consideram as questões ambientais como custo.

“Existe um desdobramento grave que pode ocorrer com esse atraso que estamos vivendo. Se a sociedade não optar por colocar preço em certos processos – como o uso intensivo do carbono –, não será possível gerar investimento ao longo das cadeias” que leve à implementação lenta e gradual da chamada economia verde.

Se as medidas não forem tomadas enquanto houver tempo, Smeraldi teme que se passe direto para a fase da proibição, com o objetivo de se queimarem etapas, devido ao espaço curto de tempo. O atalho, para que as imposições não se antecipem às soluções ambientais, diz Smeraldi, é o que ele chama de “inovações sem rupturas”, que aumentem a eficiência do processo e, com isso, reduzam a dependência de recursos naturais. “Novidades que considerem a economia de ciclo fechado, a logística reversa, e por aí vai.”

Se a imprevisibilidade das grandes rupturas é descartada pelos especialistas consultados para esta reportagem, a palavra “inovação” é praticamente unanimidade.

## Saída incluiria precificar certos processos, como o uso intensivo do carbono

Assim como Smeraldi, Carlos Eduardo Frickmann Young, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é enfático em defender as inovações ambientais que, a seu ver, fazem parte dos processos normal de inovação da empresa.

Com base na análise de empregos e rendimentos – medida de crescimento que ele considera mais adequada que o PIB para expressar o bem-estar social –, o economista afirma que o crescimento espúrio, baseado na degradação dos recursos naturais, pode produzir um rendimento inferior às opções econômicas alternativas que concentrem a produção em bens de maior valor agregado e menos nocivos ao ambiente. “Mais contaminação e desgaste de recursos não conduzirão a um crescimento mais inclusivo, se não o contrário”, defende Young.

De acordo com Young, a competitividade das empresas dependerá cada vez mais do desempenho ecológico e de sua capacidade de inovação. “E o melhoramento desse setor não se dará graças às ‘forças naturais’ do mercado. É preciso que políticas públicas coerentes e dirigidas sejam implantadas.” A ruptura, para o professor, consiste em qualificar os investimentos públicos. “Não é qualquer gasto que é necessário. Mas aquele voltado para a melhora das questões ambientais e sociais”, diz. *(mais sobre investimentos públicos e PAC à pág. 10)*

### PARAFERNÁLIA DE PROTOCOLOS

Se o setor privado tem função central nas transformações, como as empresas estão desempenhando seu papel? O consultor Giovanni Barontini, da Fábrica Ética e um dos organizadores do **Carbon Disclosure Project** (CDP) no Brasil, é incisivo: “O que elas estão fazendo pouco agrega na transformação da realidade”.

Barontini argumenta que a ação empresarial ocorre

apenas no que ele chama de um quarto da realidade. “A economia verde, para existir, precisa perpassar quatro quadrantes: o de fora e o de dentro das organizações, além dos de dentro (*consciência*) e de fora (*cultura*) dos indivíduos.” A fase atual, observa ele, é apenas a das ferramentas, “a da parafernália dos protocolos, códigos e indicadores”.

Questionado se, no mundo real, as empresas podem mudar seus processos sem prejuízo aos seus negócios, o consultor segue a mesma linha de Young, da UFRJ. “Sem essas transformações, elas devem perder mais do que ganhar, dentro de cinco a dez anos.”

Mas, desta vez, a visão sobre o papel que o setor privado vem desempenhando está longe da unanimidade. “Não concordo com a afirmação de que as empresas são lentas para incorporar a sustentabilidade por mera decisão planejada e arquitetada por um grupo de líderes do mal”, diz Paiva, da Origami.

Com base em sua vivência nos últimos dez anos, em que vem lidando com grandes corporações, o consultor desenha um quadro aparentemente promissor, apesar de algumas ressalvas. “É verdade que tenho visto profissionais de sustentabilidade discutindo de forma ainda muito ideológica o problema, sem apresentar soluções viáveis. De que adianta falarmos em redução de consumo se isso se tem mostrado inviável nos últimos 20 anos? Como falar isso com um mundo que não para de crescer?”

Ao ver pouca ressonância entre o mundo dos desejos e a vida real, Paiva busca virar o jogo. “Quando apresentamos às empresas uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, usando seu dialeto (*econômico-financeiro*), demonstrando que essas pressões (*as externalidades*) se voltarão contra elas, e ao mesmo tempo apresentando um plano de 40 anos com etapas muito claras, a compreensão muda.”

Ele conta que, nos dois últimos anos, existem empresas que assumiram metas claras, com definição de orçamento, que eram inimagináveis há cinco anos. “Não se pode dizer que essas corporações estão apenas tentando ganhar tempo (*no sentido de usar a economia verde apenas para continuar crescendo de forma insustentável*)”, afirma Paiva. ■

# Vazão e evasão

FOTOS LUCAS CRUZ TEXTO THAÍS HERRERO

**M**andar qualquer coisa ralo abaixo é alívio, sensação de libertação e de limpeza. Para essa tubulação misteriosamente escura vai tudo o que já não nos serve: sujeira, ideias ou sentimentos que se esvaem junto com o sabão. São portais de vazão ao que precisa fluir. Foi mirando o chão e achando o que está longe dos olhos e do nariz que o fotógrafo Lucas Cruz se impressionou e capturou a beleza (ou demasiada feiura) de suas mandalas, que geralmente só nos tocam os pés, mas vêm abrir caminho para o novo. [zz](#)





# Iguais na indignação

Um mundo menos assimétrico não é só uma bela ideia que deveríamos perseguir por considerações éticas. É também um componente fundamental da equação global **POR FÁBIO RODRIGUES IMAGENS OBRAS DE OLAFUR ELIASSON**

Em 17 de setembro, um grupo de ativistas resolveu ocupar de forma permanente o Parque Zuccotti, uma pequena praça nas imediações da Bolsa de Valores de Nova York, e rebatizá-la de Liberty Square. Sem liderança institucionalizada ou demandas formais, o Occupy Wall Street tomou-se a matriz de uma onda de ocupações em várias cidades norte-americanas.

A série de protestos em países do Oriente Médio e Norte da África que começou em dezembro de 2010. Agitações importantes foram registradas em vários países da região. No Egito, na Líbia e na Tunísia, os movimentos levaram à troca dos governos.

“**N**ós somos os 99%.” Apesar da obstinação com que o **Occupy Wall Street (OWS)** tem se recusado a elaborar uma lista de demandas, o slogan do movimento é cristalino: o problema é a desigualdade. Especialmente, a forma como o 1% mais rico parece ter tomado controle de tudo. Na narrativa do movimento, a turminha dos super-ricos tem usado seus bilhões para comprar os governos e fazê-los aprovar políticas que beneficiam o topo, enquanto transfere a conta para a patuleia pagar.

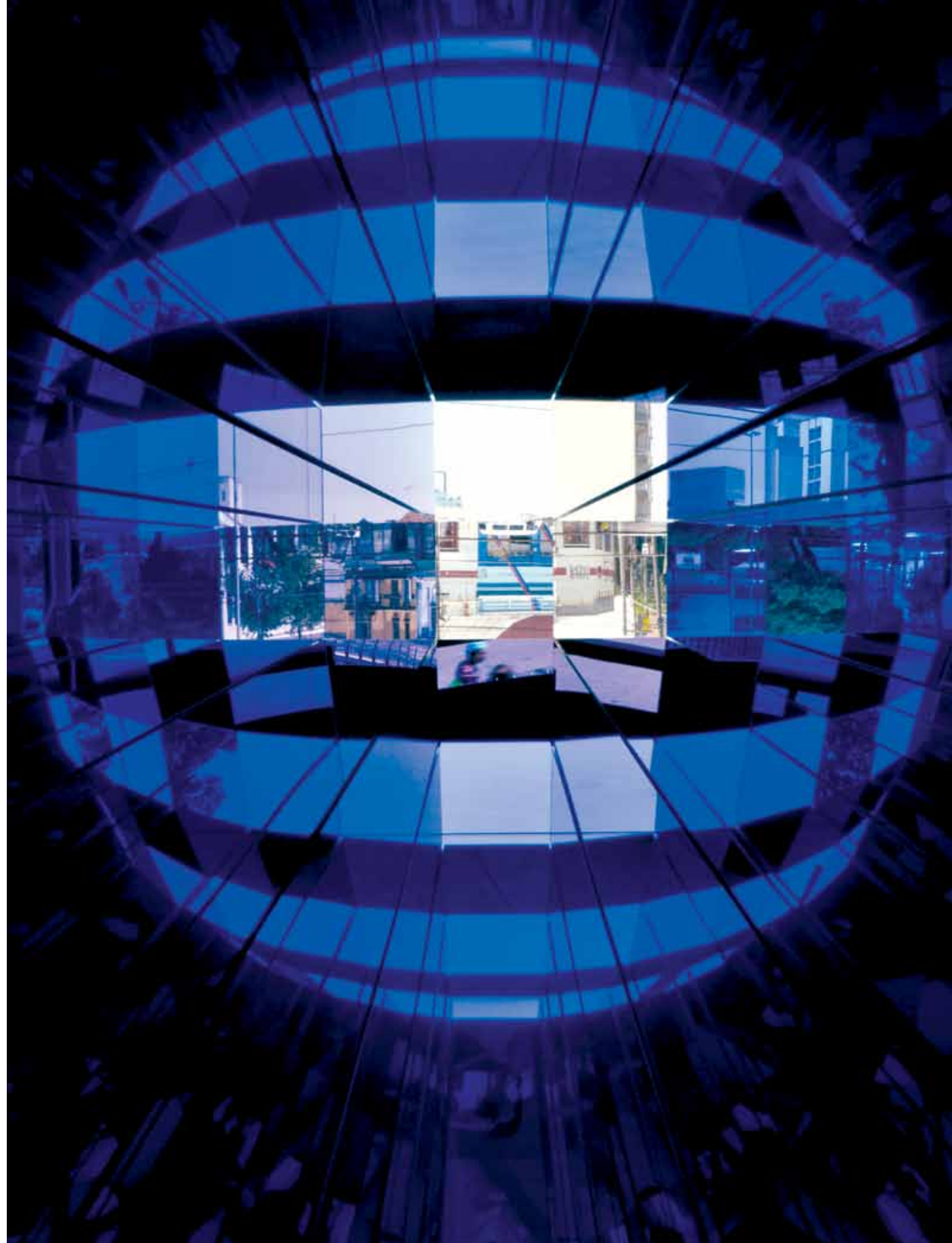
“Acho que ‘desigualdade’ seria uma excelente forma de resumir tudo em uma palavra. Se existe um sentimento central, é essa busca por justiça e pela responsabilização das empresas responsáveis pela crise”, diz o jornalista Michael Levitin, que participa do movimento desde 24 de setembro. Apesar de ninguém estar autorizado a falar em nome do OWS – não existem lideranças formais –, o jornalista é um dos editores do *The Occupied Wall Street Journal*, publicação do movimento, o que o deixa em boa posição para comentar.

Segundo Levitin, existe um sentimento de ultraje se movendo em ondas pelo mundo que tem animado as recentes erupções sociais. Em sua leitura, as revoltas na

Espanha, na Inglaterra, na Grécia e na chamada **Primavera Árabe** estariam conectadas a essa indignação global. Essa não é uma ligação que só os norte-americanos veem, os brasileiros do Acampa Sampa parecem ter a mesma leitura (*mais no Blog da Redação*). As similaridades no estilo e retórica sinalizam que esses movimentos têm buscado inspiração uns nos outros.

O professor de sociologia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) Giovanni Alves acredita que, embora a crise tenha sido o estopim, essa insatisfação está enraizada num processo de 30 anos de idade. “A desigualdade social em países como Grécia, Espanha, Itália e Portugal vem crescendo por conta da concentração da renda e do desmonte do Estado de Bem-Estar Social. A crise só tornou a situação mais aguda ao fazer a pobreza atingir a classe média”, resume.

Como está fazendo pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Alves tem acompanhado a crise na Europa. Segundo ele, o *driver* é a crescente precariedade que atinge, sobretudo, os jovens. Há uma tendência para equalização nas taxas de exploração da força de trabalho no mundo que tem feito as oportunidades de carreira secarem. “Mesmo que faça tudo o que se exige – ter diploma, falar vários idiomas etc. –, um jovem português não tem perspectiva de futuro”, exemplifica.



## Pela pegada ecológica, podemos esquecer a aspiração de nivelar o consumo por cima

Desenvolvida pela Global Footprint Network, a Pegada Ecológica permite calcular a pressão sobre o meio ambiente. Em linhas gerais, a pegada traduz os hábitos de consumo numa área que seria necessária para produzir essa quantidade de bens e serviços. No Brasil, a metodologia é aplicada pelo WWF

### CONCENTRAÇÃO CRESCENTE

O professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP Ricardo Abramovay confirma que há um processo de concentração em andamento. Segundo ele, entre o pós-guerra e os anos 1970, as democracias ocidentais se mostraram capazes de redistribuir riqueza, mas, a partir daí, houve uma inflexão. “Nos anos 1980, o 1% mais rico controlava 8% da economia dos Estados Unidos. Em 2007, esse controle subiu para 23%”, aponta.

Um levantamento feito pelo *Washington Post* dá um sinal mais preciso. Os pesquisadores do jornal compararam os vencimentos médios de altos executivos com os de trabalhadores comuns nos Estados Unidos, entre os anos 1964 e 2005. Enquanto no primeiro grupo a renda subiu de US\$ 822 mil para US\$ 4,9 milhões – um salto de quase 600% –, os dos trabalhadores caíram de US\$ 31,9 mil para US\$ 28,3 mil [1].

Embora seja um dos campeões mundiais de desigualdade – quando ajustado à desigualdade, nosso IDH despenca de 0,718 para 0,591 –, desta vez o Brasil não está puxando a tendência para baixo. “No relatório deste ano, o Coeficiente de Gini ficou em 53,9. No ano passado era de 55. É uma queda expressiva para um ano”, elogia o consultor do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil Rogério Borges Oliveira.

Para Abramovay, a desigualdade de renda não é um mal em si e serve como estímulo para que as pessoas assumam riscos. O problema é que o fosso se alargou demais. “O grau de remuneração no topo tornou-se tão obscuro que já não cumpre qualquer função do ponto de vista da racionalidade econômica”, opina.

Pior ainda. Como lembra o professor da PUC-SP Ladislau Dowbor, a partir de determinado ponto, a concentração de dinheiro vira concentração de poder.

Dowbor aponta um estudo recente do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica que cruzou dados de mais de 43 mil empresas. Os suíços descobriram que um grupo de 737 corporações é dono de 80% do universo pesquisado e que 40% do bolo pertence a apenas 147 supercompanhias [2]. “A concentração extrema de riquezas rompe as fronteiras entre o econômico e o político. Você passa a ser comandado por gente que não elegeram”, analisa.



### QUESTÃO DE FUNDO

Mas a questão da renda é só a camada mais epitelial. Em entrevista publicada na edição 57, o economista José Eli da Veiga afirmou que a “desigualdade é a grande questão” e que seria praticamente impossível alcançar a sustentabilidade sem redistribuir a riqueza. Um resumo grosseiro do argumento: para que países pobres cresçam e se desenvolvam sem que isso aumente o cômputo global de emissões, os ricos terão de abrir espaço ecológico, buscando prosperidade sem crescimento econômico (e de emissões). [3]

As diferenças entre o andar de cima e o de baixo são brutais. De acordo com dados da **Pegada Ecológica**, o consumo de cada ser humano deveria caber em

1,8 hectare global (gha), mas a média mundial está em 2,7 gha e o tamanho da pegada está ligado ao nível de renda [4]. Tomando como base a classificação do Banco Mundial, é fácil perceber a assimetria. Os habitantes dos países de renda elevada têm uma pegada de 6,1 gha, três vezes a dos moradores de países de renda média e cinco vezes a dos países de baixa renda – 2 gha e 1,2 gha, respectivamente. Isso significa que podemos ir esquecendo a aspiração de nivelar o padrão de consumo por cima.

O economista Sérgio Besserman, da PUC-RJ, coloca o impasse em números. Para evitar os piores cenários do aquecimento global, precisamos derrubar as emissões de carbono médias da atual 1,3 tonelada para menos de 0,5 tonelada. Considerando que um norte-americano emite 5,5 toneladas, tentar universalizar o padrão de

consumo dos Estados Unidos seria uma irresponsabilidade. “O problema não é apenas a transição tecnológica necessária para sairmos dos combustíveis fósseis, mas também uma modificação no modelo de civilização”, comenta.

“Consumimos como se tivéssemos um planeta e meio à nossa disposição. Esse é um problema muito sério”, explica Michael Becker, coordenador do Programa Cerrado para o WWF-Brasil. Para ele, a dimensão ambiental coloca uma luz nova sobre o debate da redistribuição que sempre esteve mais ligada aos aspectos financeiros. Agora, a coisa fica mais séria. “Vamos precisar mudar o enfoque, porque a discussão passará a ser sobre o acesso a recursos naturais fundamentais, como a água e a terra”, considera.

“Separar essas duas agendas (*a ambiental e a da igualdade*) sempre soou como *nonsense* para mim”, diz Bill Kerry. Ele é codiretor da Equality Trust, organização criada para disseminar as informações a respeito dos benefícios das sociedades mais igualitárias. Basicamente, o Equality Trust pega indicadores de bem-estar – expectativa de vida, doenças mentais, níveis de violência, tamanho da população encarcerada etc. – e os compara aos índices de concentração de renda. A descoberta é que sociedades mais igualitárias se saem melhor em praticamente todos os aspectos.

### ARMADILHA PSICOLÓGICA

Kerry afirma que há uma armadilha psicológica que faz a desigualdade descambar em consumismo. “Países desiguais exibem sinais do que chamamos de ‘ansiedade de status’. As pessoas se sentem impelidas a defender suas posições na hierarquia social e uma forma de fazer isso é consumir mais”, avalia. Além disso, as evidências do Equality Trust mostram que sociedades mais igualitárias reciclam mais, têm um setor de negócios mais engajado e apresentam maiores níveis de confiança – aspecto fundamental na hora de construir os consensos necessários para a transição rumo à sustentabilidade.

Nesse sentido, um movimento global que olha para a igualdade é bem-vindo. Besserman vê nos movimentos dos indignados “as primeiras luzes na formação de uma sociedade civil planetária”. Para ele, isso é importante, porque a pressão civil é a única maneira de contrabalançar a lógica do mercado, que, embora eficaz na alocação dos recursos, é cega a qualquer outro valor. “A única esfera da vida social que se globalizou até o momento foi a economia. Precisamos globalizar as pressões que o movimento democrático criou em nível nacional para circunscrever as ações dos mercados a valores externos a ele, incluindo a igualdade e a crise ecológica”, diz [4].

AS FOTOS DESTA REPORTAGEM SÃO DE OBRAS DO ARTISTA DINAMARQUÊS OLAFUR ELIASSON, QUE EXPÕE NA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATÉ 8 DE JANEIRO. AMBAS INTITULAM-SE *SEU PLANETA COMPARTILHADO*

[1] Consulte o gráfico original em [goo.gl/Hj5xP](http://goo.gl/Hj5xP) [2] O paper completo pode ser acessado em [goo.gl/rh6Ck](http://goo.gl/rh6Ck) [3] Acesse a entrevista completa em [goo.gl/mPo5n](http://goo.gl/mPo5n) [4] Os resultados completos da pegada por país estão em [www.footprintnetwork.org](http://www.footprintnetwork.org). Clique em “Footprint Science” e depois em “Data and Results”



## Podemos evitar o colapso? Sim, mas desde que haja vontade política e capacidade de traduzi-la em uma ação conjugada entre os países das Nações Unidas **IGNACY SACHS\***

**P**arafraseando o presidente Barack Obama, direi “sim, podemos”, ou melhor, “sim, ainda podemos”, conquanto tomemos em tempo hábil as medidas necessárias para não transformar o nosso planeta Terra numa gigantesca Ilha de Páscoa, cuja civilização foi destruída pela incúria dos seus habitantes.

Isto para dizer que concordo com o conhecido ambientalista e agroeconomista norte-americano Lester R. Brown, cujo último livro se intitula: *World on the Edge: How to prevent environmental and economic collapse* (Washington: Earth Policy Institute, 2011).

O caminho é estreito, porém existe, ainda que a humanidade esteja hoje tirando do planeta Terra recursos em quantidade superior à que os ecossistemas podem suportar de maneira duradoura. Lester Brown parte em guerra contra o nosso sistema de contabilidade, acreditando que as restrições ecológicas nos obrigam a renovar a ciência econômica [1].

Deve-se a este autor um plano B capaz de reduzir em 80% as emissões globais de carbono até o ano 2020, estabilizar a população mundial ao redor de 8 bilhões antes de 2040, erradicar a pobreza em escala planetária, restaurando ao mesmo tempo as florestas, os solos, os aquíferos e os recursos pesqueiros.

Um ponto crucial é a prevenção do aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera. Caso contrário, corremos o risco de um aquecimento climático que provocaria uma redução na produção mundial dos cereais e, “no final das contas, o aniquilamento de toda a nossa civilização” [2].

Para financiar o plano mencionado acima, o autor propõe a taxação das emissões de carbono compensada por uma redução do imposto da renda. Steven Chu, secretário de Energia americano, também se pronunciou em favor de um preço mundial de carbono (entrevista concedida ao *Le Monde*, 27/10/2011).



Os estudos realizados pelo Earth Policy Institute, presidido por Brown, estimam em menos de US\$ 200 bilhões os investimentos anuais necessários, apenas um oitavo das atuais despesas militares em escala mundial.

O grande mérito do livro de Lester Brown é o de mostrar, por um lado, os perigos que nos ameaçam, na falta de uma mudança radical do estilo de desenvolvimento, e, por outro, que as tecnologias necessárias para tanto existem.

Para citar um só exemplo, a Academia Americana de Ciências estimou que o potencial da produção terrestre de energia eólica supera em 40 vezes o consumo atual da eletricidade [3]. Na China, a energia eólica poderia cobrir 16 vezes o consumo atual de eletricidade do país.

O plano B de Lester Brown prevê a instalação de 4 mil gigawatts eólicos, o que seria suficiente para cobrir mais da metade da demanda mundial de eletricidade, mas exigiria que a capacidade instalada quase dobre de dois em dois anos. Teríamos de instalar nos próximos dez anos 2 milhões de usinas com capacidade de 2 megawatts cada uma a um custo de US\$ 3 milhões por unidade. Em escala mundial, tal objetivo exigiria, portanto, um investimento anual de US\$ 600 bilhões por ano.

Esse número, à primeira vista extremamente elevado, deve ser comparado com as despesas globais com gás e petróleo, que deverão passar de US\$ 800 bilhões

em 2010 a US\$ 1,6 trilhão em 2015. Outro termo de comparação é oferecido pelo custo de 70 milhões de automóveis produzidos anualmente no mundo.

O autor é ainda mais entusiasta com relação às energias solar e geotérmica. Os pesquisadores do MIT avaliaram em 2006 o potencial americano em eletricidade geotérmica como equivalente a 2 mil vezes as necessidades energéticas dos Estados Unidos [4].

Em compensação, Brown considera que, “em um mundo onde as terras cultiváveis começam a faltar, as culturas de caráter energético não podem rivalizar com a eletricidade e ainda menos com a energia eólica” [5]. Sem esquecer a energia maremotriz, capaz de fornecer 10 mil gigawatts de eletricidade [6] e o enorme potencial de ganhos de produtividade na produção e consumo da energia.

Assim, o nosso autor postula a redução de 80% nas emissões de carbono até 2020 e uma queda de 90% na produção de energia elétrica à base de combustíveis fósseis, compensada por um crescimento quántuplo da geração de energias renováveis.

A falta de espaço não permite reproduzir todas as propostas tecnológicas reunidas no livro em debate que sustentam a tese otimista de que “já dispomos de tecnologias e de recursos financeiros para regular o clima, erradicar a pobreza, estabilizar a população, restaurar os ecossistemas que sustentam a economia e, sobretudo, fazer com que a esperança renasça” [7].

O que falta, então? O mais importante, a vontade política e a capacidade de traduzi-la em uma ação conjugada dos países-membros das Nações Unidas, para fazer com que o plano B de Brown se transforme de um ponto de partida em um verdadeiro plano de ação. O tempo urge. Daí a importância da Rio+20. ■

ECOSOCIOECONOMISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

## Revelações digitais ... Foi lançada no Brasil a primeira plataforma digital que permite aos cidadãos serem fiscais do meio ambiente. Baseada em um modelo que já mostrou eficácia em outros países, precisa provar que os brasileiros estão aptos à função **THAÍS HERRERO**

**O** relato do corte de árvores em um parque municipal para dar acesso a carros, no Paraná. O alerta contra a poluição do Rio Pitimbu, no Rio Grande do Norte. E a denúncia de uma usina de reciclagem que, mesmo com dinheiro do BNDES, nunca funcionou, no Pará. Relatos assim, abrangendo todo o Brasil, estão no site [revela.org.br](http://revela.org.br), a primeira plataforma de ciberativismo ambiental criado com as informações enviadas por cidadãos por meio de mensagens de celular, Twitter ou e-mail.

A Revela foi lançada em novembro e já tem mais de 2.500 relatos, entre denúncias de danos ambientais e ações exemplares – como parques que protegem a nascente de rios. Toda informação enviada vai para um mapa nacional e, quando comprovada, ganha o selo de “verificada”. A checagem é feita com pesquisas na mídia, dados de órgãos públicos ou no caso de queimadas, com ajuda dos satélites do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que faz o mapeamento.

A ideia foi criar um banco de dados sobre meio ambiente acessível à população – principalmente os mais jovens, que estão sempre conectados com tecnologia, mas às vezes não sabem onde denunciar ou encontrar soluções, como explica Maria Zulmira de Souza, jornalista e uma das idealizadoras do site.

Outro criador foi o diretor de filmes

Gustavo Guimarães, que, indignado com os rumos da discussão do novo Código Florestal, buscava uma forma de atuação direta para a sociedade.

Por isso, na primeira etapa, o objetivo da Revela é destacar projetos de preservação e áreas que deveriam ser protegidas pela legislação brasileira. “A plataforma surgiu para tratar do Código e mostrar que não é só um código florestal, mas urbano também. As denúncias podem ser sobre áreas em florestas ou nas cidades, porque todas nos afetam”, afirma Maria Zulmira.

### Ferramenta de ativismo

A Revela usou como base a plataforma de código aberto Ushahidi (“testemunho”, em suaíli, um dos idiomas do Quênia), que sempre esteve ligada à ajuda em situações emergenciais e se mostrou uma ferramenta eficaz de ativismo e cidadania.

Elaborada pelo queniano David Kobia, surgiu em 2008, durante ondas de violência no país depois das eleições presidenciais. Cerca de 45 mil pessoas enviaram informações sobre focos de brigas, saques, incêndios e também esforços de apaziguamento. Dois anos depois, a plataforma foi usada na assistência da população do Haiti durante os terremotos que assolaram o país. As regiões mais

afetadas foram mapeadas e voluntários enviaram informações sobre pessoas desaparecidas, falta de água, pontes quebradas e postos de ajuda. No começo deste ano, a Organização das Nações Unidas indicaram o software para divulgar ondas de ações pró-democracia na Líbia.

O Ushahidi foi considerado uma das 26 tecnologias pioneiras pelo Fórum Econômico Mundial, em 2010, por ser um modelo que beneficia a vida das pessoas e a economia global. No mesmo ano, a revista *Technology Review*, do Massachusetts Institute of Technology, listou David Kobia entre as pessoas com menos de 35 anos mais inovadoras do mundo.

Os bons resultados da Ushahidi em prol de populações é um exemplo de como o

**Excedente cognitivo é a habilidade das pessoas de se engajarem em causas sociais. Resulta da disposição, do talento e das atuais ferramentas de colaboração, como a internet**

chamado **excedente cognitivo** pode ajudar o mundo, segundo Clay Shirky, professor universitário americano, escritor e pesquisador em internet e efeitos sociais. Na apresentação do TED “How cognitive surplus will change the world” (disponível na internet), com uma visão otimista da generosidade humana, ele afirma que a plataforma provou que as pessoas estão aprendendo a usar o tempo livre para atividades construtivas, como o ciberativismo.

Para ele, durante o século XX, a mídia só deu espaço para as pessoas consumirem, mas a internet é um campo de ação. “Não éramos ‘couch potatoes’ (expressão que se refere ao sedentarismo) porque gostávamos de ser, mas, sim, porque essa era a única opção. Nós também gostamos de criar e de compartilhar”, disse, no TED.

Maria Zulmira se diz animada com os primeiros resultados da Revela. Entre os próximos passos está a elaboração de relatórios com o Imaflores e o Imazon para entregar à mídia e órgãos públicos. “As informações não podem morrer no site, por isso é importante a replicação, inclusive nas redes sociais. Queremos que a Revela seja a ferramenta para que as pessoas sejam veículos de informação”, diz. ■



[1] páginas 8 a 9; [2] pág. 55; [3] páginas 117 e 118; [4] pág. 128; [5] pág. 130; [6] pág. 131; [7] pág. 198 do livro *World on the Edge: How to Prevent Environmental and Economic Collapse*



# Antes... e depois?

Grupos insatisfeitos mobilizam-se para transformar a política em algo mais alinhado com os desejos e as necessidades da sociedade. O que sairá disso ainda é uma grande incógnita **POR BRUNA BORGES**

**M**esmo sem acompanhar os trabalhos do Congresso, não há como negar que algo não vai bem na política brasileira. Os escândalos de corrupção são inúmeros. Há um descolamento entre o que se decide em Brasília e o que realmente precisa ser feito para o País inteiro. E é crescente o sentimento, de parte dos cidadãos, de que os políticos não os representam.

Com tantas demandas e insatisfações, surge um ambiente propício para que segmentos da sociedade se mobilizem. São movimentos que estão nas redes sociais, na frente do Congresso em dia de votação, nas ruas em passeatas contra a corrupção. A lei da **Ficha Limpa** surgiu principalmente dessa pressão de insatisfeitos. Mas esses grupos são muito pulverizados e de difícil identificação. Há, por exemplo, um embrião de partido, que reúne pessoas que nunca tomaram parte na política, querendo colocar sua pauta no Congresso. Seu nome é Novo, mas o que este propõe de inovador não está tão claro.

Também há outras manifestações. Além da repulsa pela corrupção e da vontade de maior participação política, não foi colocada ainda a inserção da sustentabilidade do meio político. E, por isso, a partir de julho deste ano, algumas pessoas se reuniram em torno de Marina Silva (sem partido), ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, para discutir uma maneira de fazer política que seja alternativa à tradicional.

Trata-se do Movimento por uma Nova Política, que reúne cidadãos apartidários, intelectuais e alguns políticos, como Alfredo Sirkis (PV), Cristovam Buarque (PDT), Pedro Taques (PDT), Walter Feldmann (ex-PSDB), Eduardo Suplicy (PT), Soninha Francine (PPS) e outros. Seu principal objetivo é debater novas formas de participação e representação política.

Mas, justamente por reunir membros tão diferentes, suas pautas de discussão não estão bem definidas. A ideia é influenciar diferentes partidos e ampliar seu contato com cidadãos apartidários, com a finalidade de gerar propostas inovadoras.

“O movimento está muito no começo. Toda mudança tem desvios, precisamos observar o que deve prosperar entre as ideias e discussões levantadas”, explica Marina a PÁGINA22. Nem mesmo o nome do movimento está consolidado. Uns pensam que não deve ser Nova Política, porque querem a retomada do que se perdeu, um espaço de discussão de qualidade. Outros já o consideram bastante inovador. “Se é velha ou nova, eu a chamo de política certa para o que queremos”, resume Marina.

O comum entre os membros do movimento são a sustentabilidade e a busca da ética na política. E, além de uma aproximação entre sociedade e parlamentares, o movimento também propõe a deliberação horizontal. Ou seja, querem representação efetiva dos políticos, mas também desejam ampliar a participação individual nas decisões e debater em rede. Afinal, uma democracia

Proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar

## Para FHC, por ter maior mobilidade social do que outras, é mais difícil a sociedade brasileira se rebelar

deveria permitir que todos os interessados contribuíssem no jogo político.

No entanto, a maneira de alcançar isso não está definida. Uma das dificuldades do grupo é como se organizar de maneira arejada e horizontal com o mínimo de hierarquia, aponta Mauricio Brusadin, ex-liderança do Partido Verde. Para Marina Silva, “ainda é cedo e pretensioso definir uma única cara para o movimento. Precisamos de tempo para refletir e pensar nas melhores formas de agir. O movimento não tem maturidade para achar soluções. Se começarmos a agir, será baseado no conhecimento da política estagnada que estamos querendo mudar. Nós não temos as respostas”.

Nesse grupo, não faltam perguntas e dilemas. O que é novo que difere da política tradicional? Como atuar nela? Como colocar as ideias em prática? Como garantir o comprometimento dos governantes com a sustentabilidade? Como discutir de forma horizontal e dar voz a todos em um grupo que reúne pessoas com muitos anos de vida política e jovens com pouca experiência de debate? Como extrair ideias para o coletivo em meio à divergência de interesses? Como trabalhar as questões globais, a exemplo do clima, sem tirar da pauta os temas locais? E como impedir que o movimento sucumba a políticos mal-intencionados?

Alguns elementos do grupo se definem como sonháticos. Para eles, é necessário recriar a política e abrir espaço para utopias. Marcela Moraes, advogada apartidária e integrante do movimento, explica que, pelo fato de ser abstrata e profunda, a discussão pode ser considerada menos séria. “Isso ocorre porque algumas pessoas não trazem para elas a responsabilidade desse trabalho de participação. É difícil rever suas posturas, seus valores e mudar o que está institucionalizado.”

### SONHÁTICOS OU REALISTAS

O grupo indica um pouco de sua identidade na carta de princípios do movimento, disponível no site novapolitica.com.br. São eles: 1. Não há separação real entre homem e natureza. O antropocentrismo é uma ilusão que pode ser superada; 2. Não há separação real entre “indivíduo” e “coletivo”, entre corpo e alma, trabalho manual e intelectual, sujeito e objeto. E isso é radical: cada pessoa está na humanidade e tem a humanidade inteira em si, as comunidades são apenas níveis de organização, os partidos e grupos são apenas partes do mesmo organismo; e 3. A disputa de poder pelo poder no Estado ou em qualquer pequena coletividade é um

“pacto” de adoecimento coletivo que só reforça e agrava seus sintomas.

Apesar de próximo a Marina, José Eli da Veiga, professor da FEA-USP, discorda. “É uma visão totalmente ingênua, minha impressão é que isso foi escrito por pessoas muito imaturas. Não existe alma, isso é contestável. Eu oponho sonhático a realista. Não se pode deixar de ser realista.”

Já para Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, a utopia é necessária. “O sonho é importante, pois se ele ganha força em um determinado momento se cria o caminho novo. Mas não se pode viver só de sonho, senão este movimento de inquietação não leva a lugar algum”, afirma a PÁGINA22.

Com a proximidade de novo ano eleitoral, especula-se que essa agitação é o embrião de um futuro partido. Uma parcela de seus membros talvez um dia acabe migrando para essa proposta, mas ainda não há confirmação disso. “Não se cria partido para participar de eleição. A eleição é um dos momentos do jogo político, mas não o principal”, sustenta Marina.

### POLÍTICA DOENTE

A corrupção sempre existiu, por que então há mais descontentamento na sociedade? Para o professor de filosofia política da Universidade de São Paulo (USP) Renato Janine Ribeiro, é difícil avaliar se ela realmente cresceu ou se agora é mais bem percebida, pois o grau de tolerância diminuiu.

“Embora o aumento da cobrança pela ética seja positivo, o problema é que a discussão política fica limitada apenas a ela. E está menos voltada para as questões de decisão do País. Geralmente tudo (*de errado nas escolhas do governo*) tem como motivo a corrupção. Nada se explica por escolhas, por linhas políticas ou por propostas econômicas já superadas. Isso faz com que a discussão política que ocorre no Brasil seja muito fraca.”

Fernando Henrique acrescenta: “O que estamos vivendo no Brasil é um processo mais complicado em que a corrupção torna-se condição para governabilidade. Aqui está começando a virar uma coisa aceita (*entre os políticos*).”

E, com isso, a política adoce. Isso porque o processo democrático iniciado no começo da década de 1980 está estagnado. A política, em sua essência, é o conjunto de condições pelas quais são tomadas decisões pelos outros. Mas hoje há um abismo entre os representantes do Poder Legislativo e seus representados.



“O Brasil tem muitos partidos que não são partidos. Deveriam ter uma proposta, uma visão, uma filosofia, uma posição diante da sociedade. Eles não têm compromisso com os valores. Alguns ainda têm. Mas são 20 ou mais. Eu nem sei o nome deles”, diz Fernando Henrique.

Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, explica que a crise na política ocorre pela falta de independência dos parlamentares em relação ao poder econômico. No entanto, identificada esta crise política, que transformações são desejáveis?

A sociedade brasileira sabe quais reformas quer? Para o professor, não há solução perfeita nem entendimento absoluto do que é necessário transformar. Mas ele recomenda que se reduza expressivamente o número de cargos de confiança, que geram um sistema de clientela no serviço público. E propõe uma reforma eleitoral. Da forma que ocorrem hoje, as campanhas são muito caras e sua sugestão é o **voto distrital**.

Outro defensor desse modelo é Fernando Henrique. “Por meio desse sistema, atinge-se um eleitorado menor e cada partido tem um só candidato naquela circunscrição. Isso barateia a eleição.” Para ele, diminuir custos de campanha é uma maneira de desestimular o desvio de dinheiro nos financiamentos. Apesar de aproximar representantes e representados, o voto distrital também recebe críticas por desfavorecer as correntes minoritárias no jogo político. Com o sistema, as minorias teriam mais dificuldade para obter um representante dentro do colégio, pois as correntes majoritárias têm mais força em uma eleição de maioria simples.

O fim do monopólio dos partidos nas candidaturas também é uma sugestão. É preciso pertencer a uma sigla para chegar ao Congresso. “As pessoas que estão

na borda do poder não querem mais ser espectadores da política. Não querem mais só receber aquilo que os políticos estabelecem que vão fazer para eles e não com eles. Algumas pessoas querem ser protagonistas”, defende Marina Silva.

### A MUDANÇA VAI ACONTECER?

Há uma inquietação política global. O mundo árabe e o europeu passam por profundas mudanças, mas provavelmente este não é um fenômeno que veremos por aqui, na visão de Fernando Henrique. “Somos uma sociedade dotada de mais dinamismo. E onde há mobilidade social é difícil que a sociedade estoure como em outros lugares. Mesmo que esteja próximo de sentir que o sistema político está ruim. Se há oportunidades, é pouco provável que isso resulte em um curto-circuito”, opina.

Com a expansão econômica e a ascensão social evidenciada no Brasil nos últimos anos, Viola acredita que as pessoas tendem a se mobilizar menos. “O jovem, que é fundamental para dar andamento a essas mudanças, nestas condições está mais preocupado em construir sua carreira do que com a política”, assinala.

Em meio à incerteza do andamento desses processos, Oded Grajew, coordenador-geral da rede Nossa São Paulo e apoiador de uma Nova Política, propôs que a sociedade obrigasse os próximos candidatos da eleição de 2012 a assinarem o documento se comprometendo com o Programa Cidades Sustentáveis. (*mais em reportagem à pág. 42*)

O que surgirá desses movimentos ainda é uma folha em branco. A vantagem é que assim dá para desenhar algo melhor do que aquilo que aí está. **122**

■ Sistema em que cada membro do Parlamento é eleito individualmente nos limites geográficos de um distrito pela maioria dos votos

ACESSE A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA EXCLUSIVA COM MARINA SILVA, NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

# Sonhos em azul

Reprovada, a educação básica que predomina no Brasil está longe de ser um agente transformador da realidade. A esperança é que as escolas passem a cumprir o papel de formar cidadãos críticos, de pensamento interconectado e construtores do conhecimento

POR JULIANA TAVARES FOTO LUCAS CRUZ

Grupo de Estudo e Pesquisa em Interdisciplinaridade, ou Gepi, congrega professores e alunos do curso de pós-graduação em Educação da PUC-SP, bem como pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, no intuito de desenvolver pesquisas mais inovadoras sobre a educação brasileira

A Coreia do Sul é considerada, até hoje, o país com o melhor ensino básico do planeta. Entre as medidas adotadas, premiou os melhores alunos com bolsas e aulas extras para desenvolverem seus talentos, incentivou os pais a se tornarem assíduos participantes nos estudos dos filhos e investiu na qualificação dos professores

A possibilidade de uma transformação da sociedade deve integrar a consciência, a cultura e a natureza, assim como a arte, a moral e a ciência, de forma a proporcionar à sociedade valores pessoais, sabedoria coletiva e conhecimento técnico. Essa é a opinião do polêmico pensador e criador da Psicologia Integral, Ken Wilber, autor do livro *Uma breve história do universo: de Buda a Freud*. Como afirmou o psiquiatra e ensaísta Humberto Mariotti a PÁGINA22 (entrevista “Comunidade de Destino”, edição 28), graças a adventos como a internet, indivíduos em rede foram capazes de demonstrar que o mundo não é apenas linear, mas sistêmico, interdependente e coparticipativo.

Mas tudo isso é pouco levado em conta quando se fala de educação básica no Brasil, sobretudo a pública – ainda muito pautada pelo pensamento linear, cartesiano, compartimentado, que acaba por estimular o individualismo ao desconsiderar a relação das partes com o todo. Sem abrir mão da linearidade, pois esta também tem sua função e importância, e nem do pensamento sistêmico, a Teoria da Complexidade – área de expertise do professor Mariotti, diretor da São Paulo Business School –, veio a combinar as duas vertentes de maneira integradora.

Tanto a complexidade como a transdisciplinaridade, que se encontram no limiar do que há de mais avançado em termos de educação (mais na reportagem “Travessia”, edição 37), infelizmente são temas que ainda engatinham no Brasil.

Uma linha um pouco mais conhecida é a da interdisciplinaridade, que prevê a transferência de métodos de uma disciplina para outra. “Essa maneira de pensar e fazer a educação permitiria ampliar e construir novos referenciais e valores, que poderiam ajudar os alunos a recuperar o seu papel de agente de transformação no mundo a partir de sua própria realidade”, diz Arlete Zanetti Soares, educadora do Ensino Fundamental e Médio do município de São Paulo e pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interdisciplinaridade (Gepi) da PUC-SP.

Mesmo a interdisciplinaridade foi introduzida no ensino básico de maneira tímida em algumas escolas privadas de referência, e ainda nem chegou à rede pública, espaço em que a educação tem a oportunidade de ser democratizada. Assim, a questão que surge é: como avançar nesses campos mais transformadores se a educação no Brasil ainda tropeça nos passos mais elementares?

O cenário que se apresenta em território nacional é desalentador quando comparado a nações que viveram momentos conturbados de forte crise econômica e guerra civil, mas que, em poucas décadas, conseguiram transformar a realidade social com uma forte artilharia de investimentos em educação, caso da Coreia do Sul no início dos anos 1990.

É verdade que o acesso ao Ensino Fundamental no Brasil foi praticamente universalizado, mas o gap na qualidade persiste. Dados do IBGE mostram que 98% das crianças entre 7 e 14 anos frequentavam a escola, em 2009. Também foi considerável o aumento na taxa



## Em Pernambuco, o estímulo ao protagonismo juvenil é uma das iniciativas com resultados surpreendentes

▲ O Pisa é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de melhorar as políticas e resultados educacionais

▲ ICE Brasil: entidade privada, sem fins lucrativos, que trabalha pela promoção da melhoria da qualidade da educação pública (icebrasil.org.br).

de matrículas dos jovens entre 15 e 17 anos: de 64% em 1995, para 85% em 2009. Apesar disso, o desempenho escolar dos alunos de 15 anos de idade garantiu ao Brasil o 53º lugar no ranking geral do **Programa for International Student Assessment 2009 (Pisa)** ▲, em um total de 65 países. Pela avaliação, o Brasil ficou 19 pontos atrás do México, 26 do Uruguai e 38 do Chile.

### NARCOTIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Até pouco tempo atrás, a falta de escolas, o alto índice de evasão das crianças e a carência de verbas eram os principais problemas da educação brasileira, como sustenta o artigo “Os desafios da educação no Brasil” [1], de Simon Schwartzman, especialista em educação e pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Segundo ele, foram precisos muitos anos para convencer políticos e a opinião pública de que, na verdade, é a má qualidade das escolas e a repetência que representam o grande obstáculo no ensino do País. “A pouca cobertura (*financeira*) e a altas taxas de abandono no Ensino Médio fazem com que poucos (*alunos*) cheguem ao Ensino Superior”, escreve ele. “E, embora o País gaste mais de 5% do PIB com educação, o que o coloca no mesmo nível da Espanha, da Itália e do Japão, esse montante está enviesado para o Ensino Superior.”

Em consequência de o professor receber uma formação universitária descompassada das realidades, contextos e situações que serão demandadas nas escolas, o aluno se torna despreparado para enfrentar a complexidade atual da sociedade. “Isso leva a certa narcotização da aprendizagem, impedindo-o de associar informações e ir mais além na reflexão”, diz Cláudio Picollo, vice-líder do Cepi, e coordenador do Projeto Institucional e Interinstitucional Pensar e Fazer Arte.

### PARA REVERTER AS NOTAS

Embora recentes, há no Brasil algumas experiências de reforma educacional. Em 2008, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo implantou o Programa de Qualidade na Escola, pelo qual foram criadas metas de desempenho para cada escola estadual até 2030. “Outra inovação importante foi a implantação de um sistema de bônus de desempenho para diretores, professores e

funcionários, associado ao cumprimento das metas”, pontua o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, Fernando Veloso.

Cientes de que qualidade no ensino é também uma questão de gestão educacional que envolve pais, diretores e professores, algumas escolas da rede pública optaram por se associar a entidades especializadas em educação, como forma de tentar corrigir o fluxo dos alunos e promover a melhoria da administração escolar. O Instituto Ayrton Senna (IAS) foi apontado como referência no apoio ao ensino público fundamental por alguns especialistas, entre eles o próprio Veloso, em seu artigo “Evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil” [2].

“Ao auxiliar as redes públicas de ensino, estimulamos discussões que pretendem acabar com a visão simplista de que o aluno não aprende porque não tem interesse”, afirma a coordenadora da área de Educação Formal do IAS, Inês Kisil Miskalo. “Se isso acontece, é porque ele sofre de algum problema, que pode ser desde a incapacidade de ler, fome, problemas familiares até a falta de entendimento sobre a utilidade da informação oferecida pelo professor. Por essa razão, incentivamos o professor a ser um direcionador de conhecimento, e não apenas um detentor de informações”, diz Inês.

Outro exemplo de iniciativa que tem dado resultados positivos, influenciando políticas públicas Brasil afora, é o apoio institucional oferecido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (**ICE Brasil** ▲) às escolas públicas do Ensino Médio. O destaque de sua atuação, e que contribuiu para repercutir as ações da entidade por todo o País, foi a reforma realizada na Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano, no Recife, a primeira instituição de ensino integral da região, trazendo resultados surpreendentes.

De acordo com o presidente da instituição, Marcos Magalhães, a plataforma básica desta metodologia é a gestão educacional, que está atrelada a um modelo pedagógico sustentado por três pilares: formação acadêmica de excelência, o que inclui quatro meses de aula de reforço em Português e Matemática para os novatos, como forma de suprir as deficiências do Ensino Fundamental (em geral, os alunos chegam ao Ensino Médio, segundo Magalhães, com uma lacuna de quatro anos



de ‘não aprendizagem’); ensino de valores com base na elaboração de um projeto de vida; e aproximação dos estudantes com profissionais das mais diferentes áreas de atuação, com o intuito de apresentar a realidade e abordar a demanda do mercado de trabalho.

Segundo Magalhães, o protagonismo juvenil é incentivado a partir de projetos de valorização do patrimônio escolar, transmissão de conhecimentos por meio do jornal da escola, entre outros, idealizados pelos próprios estudantes. A metodologia tem dado tão certo que cerca de 50% dos alunos são aprovados nos vestibulares das melhores faculdades públicas e privadas do País, conforme o presidente da entidade. “Esse índice não chega a 10% em outras escolas públicas”, revela.

O sucesso da empreitada fez com que o governo adotasse o sistema integral no Ensino Médio em 153 escolas de Pernambuco. Outros estados também aderiram à ideia, como Ceará, Sergipe, Piauí e Rio de Janeiro. E, em 2012, São Paulo deve implementar a metodologia de modo piloto em 20 escolas do Estado.

### ESTRATÉGIAS DO GOVERNO

Apesar do cenário preocupante, o fato de a educação estar no topo das discussões políticas no Brasil sinaliza uma tentativa, ainda que tímida e muito aquém das necessidades do País, de recuperar o tempo perdido.

De acordo com a secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, as avaliações do sistema público de ensino permitem realizar um diagnóstico minucioso da educação, a partir do qual é possível criar um plano de ação nos municípios e cobrá-los de acordo com metas e prazos.

Outras medidas estão sendo levadas em consideração pelo governo federal, entre elas a análise de boas práticas de ensino – com possibilidade de replicá-las em outras localidades – e a necessidade de capacitação do professor.

A educação de qualidade, evidentemente, é o fator primordial para que mudanças profundas, em especial no que se refere à desigualdade social, sejam alcançadas. Os prejuízos do descaso que acometeu o setor por tanto tempo já deixaram marcas indeléveis na sociedade. O caminho é longo e o Brasil tem pressa. ■■

[1] O artigo está disponível em [schwartzman.org.br](http://schwartzman.org.br); [2] Publicado no livro *Brasil: a nova agenda social* (LTC Editora, 2011)



Barcelona: exemplo de cidade que produz tecnologia do conhecimento, no lugar da cidade produtiva industrial

# Uma cidade pra chamar de **noossa**

Exemplos mostram o que no Brasil parece um sonho: dinamismo cultural e vida de qualidade coabitando o mesmo lugar **POR MARIA LUTTERBACH**

Quando metade da civilização vive em cidades, a pergunta de como fazer delas um lugar melhor paira como uma nuvem negra sobre as avenidas congestionadas. Se falamos tanto sobre a falta de qualidade de vida, por que ainda nos dedicamos tão pouco a mapear as questões mais urgentes e buscar respostas coletivas? No caso do Brasil e de outros países em desenvolvimento, desfrutar da oferta cultural e de serviços nos grandes centros significa, também, estar sujeito aos problemas urbanos típicos das metrópoles inchadas – cenário para o qual caminha boa parte das cidades médias em crescimento.

Os dilemas são complexos e têm raízes históricas, mas podem ser combatidos se tratados como prioridade não só pelo poder público, mas por iniciativa de cada cidadão. Como oportunidades de trabalho, dinamismo cultural e vida de qualidade podem coabitar o mesmo lugar?

Não adianta nos queixarmos do trânsito interminável sem abrir mão do conforto do automóvel. Ou clamarmos por segurança se estamos paralisados diante da desigualdade social. Em vez de fiscalizar e cobrar ações governamentais, seguimos lamentando a falta de espaços públicos compartilhados. E, por fim, plantamos uma horta de temperos na lavanderia, tentando compensar a comida congelada do jantar. Então, quer dizer que a baixa qualidade de vida da cidade onde vivemos é responsabilidade nossa? Também.

Não por acaso, as imagens que ilustram esta reportagem mostram cidades de vida cultural pujante, desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico e excelente

qualidade de vida – sem que nem apareçam automóveis. A ditadura do transporte individual, com a apropriação do espaço público, traz mais problemas do que trânsito e poluição: é nada menos que definidora da relação do cidadão com o ambiente onde vive.

Resolver o drama do tráfego, por exemplo, não depende apenas de melhorias no sistema público de transporte. É urgente uma mudança de cultura por parte da população, que mostra resistência em utilizar meios alternativos de locomoção e ainda negligencia quem faz uso deles. Casos emblemáticos – como o atropelamento de ciclistas em Porto Alegre e a manifestação dos moradores do bairro paulistano de Moema contra a ciclofaixa – são sintomas de que a sociedade ainda não percebe a importância da bicicleta para a saúde da cidade. *(mais sobre os benefícios econômicos, ambientais e urbanísticos do uso da bicicleta na reportagem “Se essa rua fosse minha”, edição 52)*

“O mesmo brasileiro que luta contra a ciclofaixa no seu bairro acha uma maravilha andar de bicicleta quando viaja para a Europa. O transporte, no nosso caso, não é instrumento de integração, mas de exclusão”, afirma o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Paulo Saldiva. Para ele, o transporte coletivo de má qualidade acaba se transformando na maior propaganda para a compra do carro. Como resultado, temos 35% do espaço da cidade reservado aos automóveis e pedestres espremidos em calçadas malcuadadas.

“A maior causa de acidentes no Instituto de Ortopedia do Hospital das Clínicas de São Paulo é a queda devido a buracos nas calçadas”, conta Saldiva. Ao mes-

mo tempo, no asfalto, os motoristas também agonizam, dirigindo a uma velocidade média de 12 quilômetros por hora. "Borba Gato, a cavalo, andava mais rápido que a gente no trânsito de hoje", compara o especialista. Não só o cavalo dos nossos antepassados, mas também os galináceos andam mais rápido do que um carro na hora do *rush*, como mostra a simpática campanha "Vá de Galinha" ([vadegalinha.org.br/](http://vadegalinha.org.br/)).

Mesmo diante da força da indústria automobilística, iniciativas espalhadas pelo mundo mostram que é possível fazer frente ao autoritarismo do carro e ganhar espaços mais humanizados na cidade. Enquanto Bogotá oferece uma alternativa de transporte menos poluente à população com sua rede TransMilenio – uma evolução do sistema de transporte de Curitiba –, o Brasil começa a se preocupar em ampliar suas ciclovias em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Sorocaba.

Como exemplos que merecem ser seguidos, estão lugares que fazem bom uso dos benefícios de duas rodas, como Barcelona. Criado em 2007, o sistema de bicicletas públicas da cidade conquistou mais de 250 mil usuários diários só nos primeiros dois anos. Importante dizer que o programa de bicicletas comunitárias da capital catalã não partiu do zero: desenhou-se com base na experiência acumulada de várias cidades americanas e europeias.

### LABORATÓRIO EM PRAÇA PÚBLICA

As inovações implementadas em cidades mais desenvolvidas não devem servir só como incentivo para mudanças do lado de cá, e, sim, como referência. Na maioria dos casos, em vez de reinventar a roda, o caminho está em pesquisar boas práticas e realizar parcerias eficientes. "Um grande problema é dizer que algo criado para uma cidade não funcionaria e não poderia ser exportado para outra. Acontece que temos 557 mil cidades no mundo. Não existe nenhum produto que possa variar tanto assim", defende o arquiteto Sascha Haselmayer, diretor do Living Labs Global ([livinglabs-global.com](http://livinglabs-global.com)), organização sem fins lucrativos com sede em Barcelona e Copenhague.

Entre as ações desenvolvidas por Haselmayer e sua pequena equipe, está uma plataforma de projetos inovadores ([citymart.com](http://citymart.com)) criada para que governos de diferentes países possam pesquisar boas ideias e realizar pilotos antes de introduzir mudanças em suas cidades. Atualmente, o Living Labs Global já trabalha com 50 cidades de quatro continentes para avaliar e testar soluções para o ambiente urbano.

Uma das parcerias promovidas por meio da organização é um plano de mobilidade para deficientes visuais em fase-piloto em Estocolmo. O sistema e-Adept oferece, pelo celular, dados sobre trânsito e rota de obstáculos para ajudar os usuários a circular pelas cidades de forma mais independente. Já Barcelona, com seu próprio **Urban Lab**, vem testando nas ruas alternativas econômicas de iluminação pública e pontos de carregamento para carros elétricos.

Criado nos anos 1990 no Massachusetts Institute of Technology e hoje um dos pilares da política europeia para cidades inteligentes, o conceito de Living Lab propõe a integração entre usuários, pesquisadores, empresas e governo na criação de produtos e serviços urbanos mais eficientes. Entre as vantagens do modelo estão o compartilhamento de boas práticas, a maior transparência nas compras públicas e a aceleração do processo de inovação.

Com a parceria público-privada, o "laboratório vivo" permite que os usuários sejam inseridos em processos criativos e que o poder público avalie os impactos de seus projetos urbanísticos antes de colocá-los em prática. "É a mudança de uma 'cidade produtiva industrial' para uma 'cidade que produz tecnologia do conhecimento'", resume o arquiteto.

Enquanto isso, no Brasil, o programa Cidades Sustentáveis, lançado no ano passado pela Rede Nossa São Paulo e pela Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, reúne exemplos de práticas sustentáveis no mundo todo. Ali descobrimos, por exemplo, por que Vitoria-Gasteiz, no norte da Espanha, foi eleita a capital verde europeia 2012. Depois de implementar um eficiente plano de sustentabilidade, a cidade de 220 mil habitantes hoje oferece para 99% da população acesso a serviços básicos e a áreas verdes a 300 metros de suas casas.

Para pleitear avanços como esse com os próximos prefeitos e vereadores brasileiros, a plataforma Cidades Sustentáveis está convocando os candidatos às eleições municipais de 2012 a assinar uma carta-compromisso com o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Além de incorporar a sustentabilidade às políticas públicas da cidade e promover a participação da sociedade civil, a carta-compromisso exige uma prestação de contas medida por indicadores de qualidade de vida.

Segundo Haselmayer, interesses políticos e empresariais costumam impedir a execução de projetos que

A organização Living Labs Global já trabalha com 50 cidades de quatro continentes para avaliar e testar soluções para o ambiente urbano



JONES/2006

já mostraram ser bem-sucedidos em outros locais. "E assim perdemos um elemento muito importante da tecnologia, que é criar transparência", afirma.

### CIDADES VISÍVEIS

Saber mais sobre o lugar onde se vive é o primeiro passo para começar a participar do processo em busca de melhor qualidade de vida. "Quando estão bem-informadas, as pessoas passam a entender os problemas e a pressionar de maneira mais inteligente pelas transformações necessárias. Só assim a política muda de qualidade", aponta Ladislau Dowbor, especialista em economia política e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Uma iniciativa que já mostra resultados é o banco de dados sobre prefeituras e subprefeituras da Rede Nossa São Paulo, que Dowbor ajudou a criar. "Em muitos lugares do Brasil já estão sendo inseridos também estudos locais nas escolas. Em Pintadas, na Bahia, onde se ensinam tecnologias do solo no Semiárido, as crianças passam a conhecer sua própria cidade, potenciais e profissões que poderão exercer aproveitando as especificidades locais. Isso é fundamental para a apropriação do território urbano", explica o especialista.

Mas o professor alerta que o elemento central para discutir qualidade de vida no Brasil continua sendo a desigualdade: "Temos infraestrutura sofisticada na parte rica de São Paulo, e, na parte pobre, problemas elementares de saneamento. Na rica, pessoas vivem fechadas no ar condicionado em apartamentos de R\$ 14 milhões, com vista para o esgoto aberto que é o Tietê."

### SAINDO PELA TANGENTE

Diante de um cenário com tantas contradições e que se transforma ainda a passos lentos, há quem veja como opção pessoal deixar a cidade grande, em busca de mais saúde e sociabilidade com menos gastos. De São Roque, na chácara onde escolheu viver há dois anos, Helena Takahashi conta que seu rompimento com São Paulo aconteceu há sete anos, quando ela sentiu que não tinha mais tempo para "viver". "Querida ter no meu dia a dia simples vivências, como a de tomar um café na casa de uma amiga, mas, mesmo tendo a possibilidade de usar a minha moto para driblar o trânsito caótico, não encontrava disposição", conta.

Depois de uma temporada na Bahia e outra na Índia, a ex-analista de *business intelligence* voltou disposta a buscar mais qualidade de vida e montou um retiro de yoga na chácara ([chakraanahata.org](http://chakraanahata.org)), que está a 40 minutos da capital. Apesar de sentir falta de conviver mais com a família e os amigos, ela diz que a pequena distância que a separa do ruído urbano tem valido a pena. "O que ganhamos aqui não é muito, mas você vai percebendo que aquilo de que realmente precisa é bem barato. Tem terra para plantar alface, mas, se precisar comprar, custa 25 centavos, para o espanto dos meus familiares", diz.

Sair da cidade para praticar uma vida menos consumista (e impactante), ou ficar e contribuir para o processo de mudanças é escolha de cada um. Estar consciente sobre seu papel nesse processo de busca por cidades mais humanas é um dever coletivo. □



# Os novos luxos

Tempo livre é um dos artigos raros diante de conexões, informações e outros excessos **POR EDUARDO SHOR FOTO LUCAS CRUZ**

**N**a cidade grande, estender uma rede entre uma árvore e outra para tirar um cochilo pode ser considerado um luxo. Mesmo porque, se você pedir uma rede a alguém, é possível que a pessoa lhe indique o ponto mais próximo de conexão à internet. Mais difícil, porém, do que conseguir a rede certa, talvez seja encontrar uma hora para descansar. Afinal, pode olhar na agenda: hoje, mais do que nunca – além das árvores e do cochilo – o tempo livre também tornou-se uma raridade.

Não é apenas pelo tempo que se passa nos caminhos entupidos de automóveis nem pelo excesso de trabalho até as 10 da noite. Faz também toda a diferença a maneira como o volume de informações e a própria busca por estar 24 horas on-line influenciam a humanidade e o seu tempo livre. “Percebi que havia algo errado quando saí para jantar com seis amigos e em determinado momento todos nós substituímos o bate-papo na mesa pela troca de mensagens em nossos smartphones”, diz o designer Marcelo Bohrer, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Mas o despertar para algum tipo de mudança em sua vida ocorreu somente depois de Bohrer ter sentido na própria saúde os impactos do estresse. Assim, em 2006, ele criou o Clube do Nadismo, que já conta com mais de 7 mil sócios no Brasil e em oito países. “Se você quiser identificar um objetivo na prática do nadismo é a melhora da qualidade de vida, mas o verdadeiro objetivo é simplesmente passar um tempo sem fazer nada”, explica o designer.

Para praticar o nadismo, o fundador do clube diz que o ideal é procurar um lugar mais tranquilo e próximo

à natureza, como um parque ou uma praça, embora o ambiente urbano não seja um empecilho. Não vale ler, escrever, conversar, checar e-mails nem falar ao telefone. Apenas caminhar e observar ao redor. Como orienta o manifesto nadista, “é algo para ser absolutamente sem utilidade, não produtivo, sem expectativas, sem controle. Simplesmente relaxar e deixar acontecer”. O tempo para isso, inclusive, é bem flexível. O recomendado para que a mente relaxe, no entanto, é reservar à prática pelo menos entre 10 e 15 minutos do dia.

Para quem se assustou, vale destacar que Bohrer tampouco é um líder radical do clube, entendendo que cada um tem o seu ritmo para se adaptar e deixar de realizar as tarefas por certo tempo. O designer observa ainda que a maior dificuldade das pessoas que tentam seguir o nadismo não é nem se permitir parar uns instantes, mas confundir a interrupção das atividades com perda de tempo. Desse modo, a dica é tentar reduzir a sensação de culpa. Daí, aliás, a importância de não fazer absolutamente nada, em vez de se dar o privilégio de seguir com pequenas atribuições. “Ao não fazer nada, você entende que isso também pode ser produtivo”, justifica.

Se ainda está difícil encontrar pretexto para se dar ao luxo de não fazer nada, o Clube do Nadismo organiza também atividades para ajudar as pessoas a quebrarem essa barreira de achar que isso tudo é um tempo jogado fora. Uma vez por mês são realizados encontros em parques para, digamos, uma boa pausa. “Em grupo e com menos inibições, a pessoa se motiva a praticar”, afirma Bohrer. As reuniões costumam durar 45 minutos nos parques.



## Cresce entre alguns grupos a valorização das sensações, da experiência e dos laços afetivos

De acordo com ele, esta época do ano é também uma das melhores para tentar se desligar. A explicação está na corrida para as compras de Natal, quando, com as buscas incessantes das pessoas por preços baixos e sonhos de consumo, os shoppings centers, abertos por períodos mais longos e extensas filas, há sérios picos de estresse na população, em todas as idades.

### COOL HUNTERS

A professora Janiene Santos, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), é também coordenadora do curso de Cool Hunters do Instituto Europeo Di Design (IED). Por meio de técnicas que envolvem a análise de pesquisas, a observação nas ruas e o debate de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento humano, os *cool hunters* são capazes de identificar diferentes tendências na sociedade.

E, desta vez, não faz parte de qualquer sentimento saudosista. Sem dúvida, a especialista atesta que, diante das transformações tecnológicas e no modo de vida urbano, sim, tem faltado mais tempo livre do que jamais faltou em outras décadas. No fim das contas, acesso rápido, automatização, industrialização e informação não trouxeram a felicidade e a tranquilidade que todos almejavam. Em excesso, esses fatores acabaram criando outras dores de cabeça, sendo a falta de tempo livre uma delas. Evidentemente, isso acaba se refletindo no comportamento e no consumo de diversas pessoas.

“Há vezes em que, inconscientemente, os produtos feitos à mão remetem a um passado romantizado, quando se tinha tempo e energia para confeccionar um belo objeto. Eles hoje se tornam luxo e são mais caros porque se trata de raridades que não estão na linha de montagem das fábricas, mas têm o toque pessoal e o esforço de quem os fez”, exemplifica Janiene.

Segundo a professora, outro hábito que faz referência a uma época menos atribulada e por isso conquista cada vez mais adeptos são as hortas – que na cidade ganham versões compactas com vasos na área de serviço ou na própria janela dos apartamentos, onde se veem pimentinhas, orégano, cebolinha e salsa, entre outros. “O cultivo de hortas é um hábito de nossos avós que, por estar associado ao campo, tem a ver com a vida mais calma e em contato com a natureza, na qual as pessoas colhiam seus próprios alimentos”, analisa. Além do apelo saudável, nessa mesma linha segue o consumo dos produtos orgânicos, livre dos males e do dinamismo da industrialização.

Nessa esfera, cresce ainda entre alguns grupos a valorização da vida mais simples e rústica de outras épocas, quando os objetos eram feitos de modo artesanal e o ser humano tinha tempo de experimentar o mundo de diversas maneiras. Assim, conforme Janiene constata, hoje até o presente do aniversário de casamento muda com maior frequência.

Em determinadas situações, é comum, em vez de ganhar uma joia, a esposa preferir viajar com o marido para uma praia, onde poderá calmamente ver a chuva cair e pisar descalça a areia. “Ainda que o casal fique em um hotel cinco-estrelas, isso é a troca de um símbolo concreto da riqueza e da eternidade por um presente que tem a ver com a experiência rara de colocar a mão na massa”, compara a professora, que também dá aula no curso de Joias e Acessórios do IED.

Nessa mesma linha, ganham pontos hábitos como deixar o carro em casa e ir para o trabalho de bicicleta, e preparar o jantar para os amigos, em vez de ir ao restaurante. “Cozinhar em casa e ter as pessoas de que gostamos ao redor do fogão e da mesa é uma cena que fortalece os laços afetivos”, interpreta Janiene, diante de um mundo povoado de relações superficiais.

Assim, passam a ser bem-vistas também as atividades que envolvem o compartilhamento de informações, como as empresas que desenvolvem produtos com base nas sugestões dos próprios consumidores. “Um hábito que vem ganhando popularidade são os noivos que preferem encomendar a aliança no ateliê de um ourives a comprar os anéis prontos. Mais do que tudo, é uma experiência compartilhada, misturada ao caráter artesanal do produto”, diz.

Janiene destaca, porém, que a sociedade assiste a um emaranhado de tendências, claro. Enquanto há pessoas que convivem com a necessidade de desacelerar de alguma forma, outras nutrem ansiedade sem igual por adquirir as maiores novidades da tecnologia e acelerar o ritmo.

Se você faz parte do primeiro grupo, eis uma boa notícia: nos EUA, já existem hotéis que propõem uma desintoxicação digital. O hóspede guarda seus apetrechos eletrônicos na portaria e fica livre para desfrutar da vida sem conexão, pelo menos até o fim das férias. ■

 SILÊNCIO E ESCURIDÃO: LEIA MAIS SOBRE ESTES E OUTROS LUXOS NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

# [COLUNA]

## Sobre hienas e guepardos | A polarização em torno de Belo Monte esconde a verdade retumbante de que a verdade não existe. Entender que o mundo tem mais cinzas que preto e branco é parte de virar adulto **DANIELA GOMES PINTO\***

“A amiga, email privado, não vai contar pra ninguém: me diz sua posição sobre Belo Monte? Explica assim, resumidamente, de forma que uma jeca-tatu como eu entenda? Eu vi aquele videozinho e, no impulso, assinei. Mas, no segundo seguinte comecei a pensar, li algumas posições, e percebi que minha ignorância é tanta e tão profunda que nem com informação abundante sou capaz de entender qual lado ‘está certo’, se é que o certo existe. Você é minha última salvação.”

O risco de perder a amiga por reproduzir aqui o email “privado” dela não vem ao caso. Mas a mensagem despertou a mesma aflição que vivi mês passado, ao levar marido e filho para ver um documentário sobre a selva africana.

Um cineasta acompanhou um grupo de leões rivais brigando por território e, em paralelo, a batalha de uma guepardo pela sobrevivência dela e de seus filhotes. Entrei no cinema orgulhosa da minha ideia genial – um filme diferente das animações da Pixar, beleza natural pra valer, programa para toda a família. Mas, quando o filme começou, olhei para o lado e vi caras de horror no marido e no filho.

O marido confessou depois que pensou em sair na metade do filme, coisa que nunca fez na vida. Ele, que é um apaixonado por filmes latino-americanos cheios de tortura, vidas duras e violência, estava arrasado com a crueldade da vida selvagem. Eu nem sequer entendi. A crueldade dos seres humanos não é muito pior? Pois para ele, o ser humano pode escolher não ser assim.

Mesmo que o ser humano esteja escolhendo pouco, muito pouco não ser assim, para o meu marido há conforto em saber que temos a opção, enquanto a vida na natureza é o que é, instintivamente terrível. Eu nunca tinha pensado assim.

Outro aterrorizado era meu filho de 4 anos, mas não pela crueldade. Para uma criança formada em *Tom & Jerry*, ser cruel é um conceito relativo. O que o transtornava



era não conseguir identificar quem era do “bem” e quem era do “mal”.

Se você já teve infância, sabe como a coisa funciona. A gente ora torce para o bem, ora fica fascinado com o mal. Independentemente da nossa escolha, a gente sabe quem é quem. O problema do meu filho, ali naquela sala de cinema, foi se deparar com uma verdade assustadora: nem sempre é possível distinguir o bem do mal. As hienas que comeram dois filhotes da guepardo eram até tarefa fácil. Feias, antipáticas e noturnas, preenchiam vários clichês do vilão. Já os leões eram igualmente austeros, as leões charmosas e os filhotes fofinhos. O que não os impedia de atacarem uns aos outros, comerem alguns, matarem muitos. Passei metade do filme respondendo à mesma aflita pergunta: “Mãe, e esse, é do bem ou do mal?” Conforme o filme avançava, meu filho ficava mais e mais angustiado. Saímos do cinema os três acabados, eles pela experiência, eu de arrependimento.


Há gente muito mais inteligente do que eu escrevendo há séculos sobre o bem, o mal, a moral e essas pequenas grandes questões filosóficas. Mas essa história familiar me fez lembrar da dificuldade que temos em lidar com a verdade retumbante de que a verdade não existe. Sob a perspectiva de cada um, a coisa tem sua justificativa. E é difícil julgar, como é difícil. Entender que o mundo tem mais cinzas que preto e branco é parte de virar adulto.

Assim como não soube responder a meu filho, não sei responder à minha amiga. Na sustentabilidade, como diz meu chefe, há muitas variáveis que variam. Lidar com elas é um desafio diário. No entanto, se precisar decidir quem está com a razão, eu vou pela emoção. Na dúvida, torço pelo oprimido.

Eu não sei muito sobre o modelo energético brasileiro. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar a possibilidade de um apagão apocalíptico. Os bilhões parecem muito dinheiro, mas quando passa de três zeros tudo parece muito dinheiro. Eu não conheci os ribeirinhos, não conheci os índios de lá, assim como nunca troquei uma prosa com o ministro de Minas e Energia.

Todavia, quando minha cabeça funde, lembro de um documentário a que assisti há tempos sobre a construção de outra hidrelétrica, em outro lugar. Um senhor, ao ser perguntado o que achava de aquela obra alagar a casa dele, disse, num tom quase constrangido: “Senhora, quem sou eu para atrapalhar o desenvolvimento do Brasil...”

Minha amiga, eu não tenho resposta para o seu email. Sou totalmente ignorante, como você. Mas, se precisar torcer por algum lado, eu torço por aquele homem. Para o desenvolvimento que ele quiser para si. Quem somos nós para atrapalhar o desenvolvimento dele. ■

 PESQUISADORA DO GVCES E MESTRE EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PELA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE



## Remédios urbanos

**D**esapego® acaba com as frustrações das perdas. “Dá a consciência de que tudo tem fim – objetos, pessoas, lugares e até arte de rua”. É com essa receita que o *designer* e artista visual conhecido como Rage Art criou o remédio/intervenção artística que leva para as ruas de São Paulo.

Durante o último Dia de Finados, em meio ao movimento de pessoas no Cemitério Campo Grande, ele espalhou caixinhas de Desapego® pelas campas. Um remédio desse em tamanho-família já estava na frente do cemitério desde dezembro de 2010, quando ele pintou uma caixa telefônica. Mas, desta vez, as doses individuais tinham até bula: “Desapego® é ingerido de forma mental. Medite sobre ele 3 vezes ao dia, durante 60 dias. Se os sintomas persistirem ou retornarem, volte a usá-lo por mais 60 dias urgentemente”.

Receitar essa arte urbana e gerar reflexão é, para Rage, uma forma de “curar algumas das piores doenças da sociedade”. Os outros remédios que já criou usando caixas telefônicas foram o Hipocrisil®, “sem contraindicação e que torna as ações mais verdadeiras e concretas”; e o Bom-senso®, “que incentiva decisões certas sem a necessidade de leis”. O vídeo da intervenção está em [vimeo.com/rageart/finados](http://vimeo.com/rageart/finados) e mais fotos em [flickr.com/rage\\_art](http://flickr.com/rage_art). – POR THAIS HERRERO

# Aventure-se pelo inusitado

**"Viajar é fatal para o preconceito, a intolerância e as idéias limitadas; só por isso, muitas pessoas precisam muito viajar. Não se pode ter uma visão ampla, abrangente e generosa dos homens e das coisas vegetando num cantinho do mundo a vida inteira."**

Mark Twain

## Viagens Contemplativas



## Viagens de Trekking



A floresta tem os seus segredos como o poder nutritivo da castanha. Que a ciência de Natura Ekos aprendeu com as comunidades e suas tradições e transformou em uma nova linha de produtos para o corpo com novas embalagens de menor impacto ambiental. A floresta tem os seus segredos e Natura Ekos foi buscar os mais preciosos para você.

Como a nutrição e a força da castanha para sua pele.

Natura Ekos acessou o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético da castanha na Comunidade do Iratapuru.

**Todo mundo ganha.**

50 toneladas de castanhas compradas por ano da comunidade RECANO e da comunidade do Iratapuru AP  
406 famílias envolvidas.

**Tecnologia + verde.**

Com óleo de castanha extraído de forma sustentável.  
Emulsões mais condicionantes e hidratantes feitas com óleos 100% vegetais.

**Bom para o planeta.**

PET 50% reciclado pós-consumo e 100% reciclável.

4 jarras PET Ekos e 1 garrafa PET reciclado do lixo\*  
\*Cada litro gera PET com o mesmo peso de lixo.

natura  
**EKOS**



Em cada rótulo da nova linha de Natura Ekos, você encontra um mundo por trás. E descobre como você é parte importante dessa história.

Você faz parte dessa história.

[www.naturaekos.com.br](http://www.naturaekos.com.br)



Este código contém mais informações sobre o mundo Natura Ekos. Para decifrar, você precisa ter um celular com câmera e um aplicativo instalado. Para baixá-lo, acesse, do seu aparelho, [www.natura.net/leitor](http://www.natura.net/leitor) e siga as instruções. Depois é só apontar a câmera para o código e aproveitar.

natura  
bem estar bem